



UNIVERSIDADE JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS

FACULDADE DE ECONOMIA

HUAMBO

**Monografia de Fim de Curso para Obtenção do Grau de Licenciatura
em Gestão Empresarial**

**A Importância da Análise Económica e Financeira no
Processo de Tomada de Decisões Empresariais,
(Estudo de caso BCA - Banco Comercial Angolano)**

Autor:

Hélder Henrique Adriano (Nº universitário: 1484)

Registo Nº _____

Huambo, Setembro de 2013



UNIVERSIDADE JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS

FACULDADE DE ECONOMIA

HUAMBO

**Monografia de Fim de Curso para Obtenção do Grau de Licenciatura
em Gestão de Empresas**

**A Importância da Análise Económica e Financeira no
Processo de Tomada de Decisões Empresariais (Estudo de
caso BCA- Banco Comercial Angolano)**

Autor:

Hélder Henrique Adriano (Nº universitário: 1484)

Orientador:

Raimundo Maurício Mavoca Santa Rosa, MBA

Huambo, Setembro de 2013

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos os estudantes da Faculdade de Economia do curso de gestão de empresas, em especial os meus colegas e companheiros de luta: Agostinho Chitanda Miguel, João Kiala Pembele, Eduardo Luis Fela e António Mandavela Lucas pela força e dedicação.

O Autor

Hélder Henrique Adriano

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus todo poderoso que me deu vida e força para chegar até a este momento, ao professor Raimundo Maurício Mavoca Santa Rosa MBA, que me concedeu a honra de ser meu orientador. Agradeço a sua disponibilidade, dedicação e todo o acompanhamento dispensado na orientação técnica e científica deste trabalho. Agradeço aos meus pais, especialmente à minha mãe, pelo amor, apoio moral e emocional e a todos os meus irmãos pela ajuda concedida, incentivo e encorajamento para vencer os obstáculos em torno do crescimento pessoal e profissional.

Um agradecimento ao Banco Comercial Angolano S.A., em especial ao director da banca de retalho, Dr Mário Leitão e o gerente do BCA Huambo Eusebio Cambinda Sacato, pela total disponibilidade em ceder os documentos necessários e demais informações pertinentes para a realização do Estudo de Caso.

Meus sinceros agradecimentos aos meus colegas de curso, à minha professora do ensino de base, Prof: **Marta Vissolela** e amigos que, de uma forma ou de outra, colaboraram comigo na realização deste trabalho. Uma palavra de apreço aos Professores que ministram o curso de Gestão de Empresas “For ça”.

Agradeço também a minha namorada Teresa Henriqueta Ngolo e a minha filha Heldmara Chissole Adriano pelo carinho que me têm dado.

Um agradecimento antecipado a todos os que queiram fazer críticas e sugestões, após a leitura deste trabalho.

O Autor
Hélder Henrique Adriano

Declaração de Certificação

Certifico que este trabalho de fim de curso intitulado: A Importância da Análise Económica e Financeira no Processo de Tomada de Decisões Empresariais, estudo de caso BCA (Banco Comercial Angolano), constitui o meu próprio produto; onde a linguagem dos outros foram usadas respeitadas e postas entre parênteses para as identificar como citações directas, e que o crédito apropriado é dado onde usei a linguagem, ideias, expressão ou escritos pessoais, usando o estilo de referenciamento de Harvard.

O Autor

Hélder Henrique Adriano

Índice

INTRODUÇÃO	0
Princípios conceito de análise financeira	1
CAPITULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	6
1.1. Conceito e Funções Clássicas de Empresa.....	6
1.1.1. Ciclos de Actividade da Empresa (CAE).....	7
1.1.2. Principais Decisões Empresariais.....	9
1.1.3. A função financeira	10
1.2. Análise Económica e Financeira (AEF).....	14
1.2.1. A Análise Económica e Financeira como Instrumento de Gestão	16
1.2.2. Ópticas de Abordagem da Análise Económica e financeira	17
1.2.3. Elementos de base à análise económica e financeira	18
1.2.4. Elementos de carácter contabilísticos.....	19
1.2.5. Análise Económica.....	19
1.3. Análise Estática e Análise Dinâmica no Estudo da Rendibilidade	20
1.3.1. As Demonstrações Financeiras (DF's)	21
1.3.2. Notas Anexas ou informações complementares.....	25
1.3.3. Elementos de carácter extra contabilísticos.....	25
1.4. Métodos e técnicas de análise Económica e financeira.....	26
1.4.1. O Balanço Funcional (BF)	27
1.4.2. A Demonstração de Resultados Funcional (DRF)	32
1.4.3. Método dos Indicadores e dos Rácios	32
1.5. Indicadores Baseados no Mercado	38
1.6. Análise Dupont.....	38
1.7. Análise financeira (AF).....	39
1.7.1. O ciclo Financeiro da Empresa	39
1.7.2. Estrutura Financeira da Empresa.....	40

1.7.3. Limitações da regra do equilíbrio financeiro mínimo	41
1.7.4. A Análise financeira e a criação de valor para os accionistas	42
CAPITULO II – VISÃO GERAL DA METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....	44
2.1. Métodos de Pesquisa	44
2.1.1. Métodos teóricos	44
2.1.2. Métodos empíricos	44
2.2. Técnicas de pesquisa	45
2.3. Tipos de pesquisa	45
2.3.1. Estratégia de investigação	45
2.4.1. Amostra	46
2.4.2. Horizonte Temporal	46
2.4.3. Grupo alvo.....	46
2.4.4. Variáveis de estudo	46
2.5. Técnicas e Métodos de Análise de Dados	46
CAPITULO III – RESULTADO E DISCUSSÃO DA PESQUISA	47
3.1. Apresentação e Caracterização da Empresa	47
3.2. Análise Económica e Financeira do Banco Comercial Angolano.....	47
3.2.1. Situação Financeira – Balanço Funcional	47
3.3. Análise da Tesouraria.....	50
3.4. Situação Económica – Demonstração de Resultados Funcional.....	53
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da demonstração funcional	54
3.4.1. Análise dos Rácios e Indicadores	54
CONCLUSÃO	59
RECOMENDAÇÕES	61
BIBLIOGRAFIA.....	62
ANEXOS	65

Lista de tabelas

Tabela 1- Exemplos de principais fluxos reais.....	08
Tabela 2 - Exemplos de principais fluxos financeiros ou monetários.....	09
Tabela 3- Demonstrações Financeiras e conceitos fundamentais	18
Tabela 4 - O Balanço Funcional	27
Tabela 5 - Regra do Equilíbrio Financeiro Mínimo.....	41

Lista de figuras e gráficos

Figura 1 – Fases da Análise Económica e Financeira	16
Gráfico 1 Tesouraria líquida do BCA	51
Gráfico 2 Situação financeira do BCA	52
Gráfico 3 Situação económica do BCA	54

BCA	–	Banco Comercial Angolano
CAE	–	Cíclo de actividade da empresa
AEF	–	Análise económica e financeira
AF	–	Análise financeira
CF	–	Cash flow
EVA	–	Economic Value Added (Valor Económico Acrescentado)
AE	–	Activo Económico
ROI	–	Return On Investment (Resultado/Investimento)
RCP	–	Rendibilidade de capital próprio
DF's	–	Demonstrações Financeiras
PCGA's	–	Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites
DFC	–	Demonstração dos Fluxos de Caixa
NRF	–	Normas do Relato Financeiro
BF	–	Balanço Funcional
FM	–	Fundo de Maneio
NFM	–	Necessidades de Fundo de Maneio
TL	–	Tesouraria Líquida
DRF	–	Demonstração de Resultados Funcional
RL	–	Resultado liquido
RAIEFRE	–	Resultados antes de impostos, e encargos financeiros, resultados extraordinários
SL	–	Situação líquida
RAI	-	Resultados antes de impostos
R.O	-	Resultado Operacional
PER	-	Price Earning Ratio (Preço de cotação/Resultados por acção)
MLL	-	Meios Libertos Líquidos
Vnd	–	Vendas
A	-	Activo

Resumo

O foco central desta monografia de fim de curso, consiste em evidenciar do ponto de vista teórico e prático o contributo que a análise económica e financeira pode proporcionar na magnitude e qualidade das decisões tomadas por parte dos administradores. Para tal, neste trabalho procurou-se utilizar metodos e tecnicas actuais de analise financeira tais como Métodos de Comparação das Demonstrações Financeiras anuais “percentagens, números e gráfico”, Método dos Indicadores e dos Rácios; Análise da qualidade dos resultados e do Equilíbrio financeiro.

Para o cumprimento dos objectivos gerais Utilizou-se métodos científicos de investigação tais como: Métodos teóricos (Análise síntese, Indução e dedução, Enfoque em sistema de computalização) e Métodos empíricos (Métodos estatísticos; Observação científica; Estudo de Caso; Experimento de campo; Consulta documental).

Ao finalizar esta pesquisa, procedeu-se um estudo de caso que engloba uma análise económica e financeira, partindo das demonstrações financeiras e demais informações complementares do **Banco Comercial Angolano**. Explorou-se alguns conceitos relacionados com o tema e mostrou-se de forma simples e objectiva a situação de como a empresa vem actuando no mercado. Constatou-se algumas deficiências, pois verificou-se alguns pontos fracos. Diante dos problemas, sugeriu-se formas de mudanças e de viabilidade dos mesmos. Espera-se então, que este trabalho contribua para que a empresa melhore a forma de administrar a parte económica e financeira.

PALAVRAS-CHAVE: Empresa, Demonstrações Financeiras, Análise Económica e Financeira, Tomada de decisão.

INTRODUÇÃO

Princípios conceito de análise financeira

A análise das demonstrações surgiu e se desenvolveu dentro do sistema bancário norte-americano, desde o final do séc. XIX, quando instituições financeiras (bancos) utilizavam esta ferramenta para analisar a concessão de empréstimos para empresas. Desde então, desenvolveu-se cada vez mais as demonstrações a fim de se analisar todos os aspectos financeiros de todos os níveis de organizações.

Nos anos 80, dá-se uma revolução financeira, marcada pelo aumento dos riscos financeiros a que as empresas estavam expostas, pela crescente importância das emissões de títulos no financiamento das empresas e pela conseqüente relevância quer da gestão de tesouraria, quer das variáveis financeiras. A implicação desta revolução foi o aumento do número de entidades que emitem pareceres sobre a situação financeira das empresas, não estando já este papel reservado apenas aos bancos, aparecendo aí os auditores e suas empresas de auditoria.

Lauzel,(2009), aprofunda o parágrafo supra citados e fundamenta que:

A análise financeira refere-se à avaliação ou estudo da viabilidade, estabilidade e lucratividade de um negócio ou projecto. Engloba um conjunto de instrumentos e métodos que permitem realizar diagnósticos sobre a situação financeira de uma empresa, assim como prognósticos sobre o seu desempenho futuro. Para que o analista possa verificar a situação económico-financeira de uma empresa, torna-se fundamental o recurso a alguns indicadores, sendo que os mais utilizados são aqueles que assumem a forma de rácios. Estes apresentam uma vantagem, não só de tornar mais precisa a informação, como também de facilitar comparações, quer para a mesma empresa, ao longo de um certo período de tempo, quer entre empresas distintas, num mesmo referencial de tempo. Contudo, convém salientar que os rácios apenas constituem um instrumento de análise, que deve, ser complementado por outros tantos. Com efeito, a análise de indicadores, fornece apenas alguns indícios que o analista deverá procurar confirmar através do recurso a outras técnicas.

A análise das demonstrações financeiras constitui um dos estudos mais importantes da administração financeira, pois tais demonstrações fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com regras da contabilidade. A análise transforma, por meios de ferramentas, dados em informações e considerando a qualidade e confiabilidade dessas informações é que se pode medir a eficiência dessa relação entre a administração financeira e a contabilidade. As pessoas que tomam decisões devem ter informações úteis a respeito dos resultados do desempenho, se desejam planejar, dar suporte e tomar

decisões adequadas. Diante disso, torna-se de fundamental importância o sistema de informação gerências. (Da Silva 2009),

Assim, Padoveze, (2007, p.29), descreve a importância da contabilidade na análise financeira e fundamenta que:

A contabilidade traduz-se naturalmente num sistema de informação e, desde seu surgimento auxilia as pessoas a avaliar, controlar e demonstrar a composição e as alterações ocorridas no património das empresas. As demonstrações financeiras são os instrumentos utilizados pela contabilidade para realizar essa exposição a respeito da situação económico-financeira da empresa e prover aos diversos usuários internos ou externos as informações que servem de base para a tomada de decisões. Na maior parte das vezes, os custos com um analista financeiro não superam os proveitos resultantes do investimento ou Financiamento.

Desta feita, é imprescindível a análise económica e financeira no processo de tomada de decisão de qualquer investimento ou financiamento. As demonstrações financeiras, quando analisadas, são, portanto, importantes insumos para o processo decisório, sobretudo, quando se objectiva a comparar as Demonstrações Financeiras anuais; os resultados da empresa com outros de um mesmo sector.

De acordo com Solnik (2012, p.91) é de extrema importância a apresentação das demonstrações financeiras pois que:

Permitam aos seus destinatários uma leitura da estrutura da situação financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira das empresas. A análise económica e financeira consubstancia-se em um instrumento relevante de auxílio para a tomada de decisão dos administradores, uma vez que o seu objectivo é transformar os dados disponíveis nas demonstrações financeiras em informações de auxílio à tomada de decisões, de âmbito gerências.

Sendo assim, é possível afirmar que o uso das demonstrações na análise financeira das empresas estabelece informações sólidas e de relevante importância para a sua sobrevivência, num mercado cada vez mais competitivo, onde a eficiência e a eficácia das decisões tomadas são factores que determinam o sucesso ou o fracasso das empresas.

O objectivo que norteia o desenvolvimento deste estudo é de ampliar conhecimentos, com relação às diversas formas de análise financeira, para levar à decisão necessária de uma maneira eficaz. Assim, este trabalho propõe-se a desenvolver e a esclarecer os métodos de análise para que se possam tomar decisões com o mínimo de risco e o máximo de eficiência. Assim, este trabalho objectiva demonstrar, através da análise das demonstrações financeira o quanto é imprescindível a análise económica e financeira no processo decisório de uma empresa do sector terciário.

Apresentação do tema

O presente trabalho procura evidenciar: **A importância da análise económica e financeira no processo de tomada de decisões empresariais;** (Estudo de Caso BCA).

A informação financeira constitui então, um suporte para que se possa analisar a situação da empresa e tomar boas decisões. A incessante busca por essa informação tem aumentado a responsabilidade da empresa perante os diversos utentes, daí, a necessidade de métodos eficientes e seguros para analisar a sua performance económica e financeira. Solnik (2012)

Problema:

- Qual é o contributo que a Análise económica e financeira pode proporcionar na magnitude e qualidade das decisões empresariais no contexto do Banco Comercial Angolano.

Objecto de estudo:

O objecto de estudo do presente trabalho é a Análise Financeira.

Campo de Acção

O Campo de Acção do presente estudo de Análise económica e financeira tem como referência as demonstrações financeiras, (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) e Demonstrativo de Fluxo de Caixa, Mapa de origem e aplicação de findos dos últimos 4 anos.

Objectivos do estudo

Geral:

- Evidenciar do ponto de vista teórico e prático qual é o contributo que a análise económica e financeira pode alhanar na magnitude e qualidade da tomada de decisões por parte dos gestores/administradores.

Específicos:

- Estabelecer um referencial teórico/prático sobre a importância da análise económica e financeira na magnitude e qualidade das decisões empresariais.
- Proceder um estudo do Banco Comercial Angolano, do ponto de vista económico e financeiro, para se concluir acerca da sua situação económica e financeira actual e, assim, apontar vetores para a resolução de eventuais problemas apresentados.
- Dar um conjunto de sugestões estratégicas no campo financeiro de forma que as empresas possam sistematicamente usar as vantagens da análise económica e financeira nas decisões empresariais.

Hipótese:

- A análise económica e financeira é um importante alicerce para fornecer informações aos administradores das instituições bancárias, e aos próprios accionistas a situação económica e financeira da empresa.
- A frequência elaboração da análise das demonstrações financeiras, está relacionada com a importância atribuída à informação contabilística na tomada de decisão.”

Motivação para a escolha do tema

A motivação para a escolha deste tema justifica-se pelo interesse académico e pela necessidade de aprofundar os conhecimentos nesta área e sobretudo, por ser um tema de grande relevância e utilidade prática. Assim, não se pretende esgotar o tema, mas sim, torná-lo perceptível aos interessados em ampliar seus conhecimentos teóricos e práticos na temática da análise económica e financeira das empresas.

O propósito deste trabalho é descrever a relevância que a análise económica e financeira proporciona no processo de tomada de decisões e enfatizar a sua boa prática que possibilita o crescimento, não só dos Bancos Comerciais Angolano mas também de todas as empresas doutros sectores aumentando assim a eficácia da sua gestão, atraindo novos investimentos e contribuindo para a sua continuidade.

Do ponto de vista Económico e Financeiro a tomada de decisões no âmbito das empresas é uma tarefa bastante complexa que necessita de ser orientada por um analista dotado de conhecimento, informações confiáveis e úteis. Nesta vertente, a contabilidade

constitui um importante instrumento que fornece informações aos diversos usuários, levando-os ao conhecimento da situação económico-financeira da empresa.

Assim, para que o processo de tomada de decisão ocorra da melhor maneira é de fundamental importância a apresentação de informações oriundas da contabilidade para que os usuários internos e externos possam tomar suas decisões com um maior grau de segurança, relevância, confiabilidade, compreensibilidade e comparabilidade.

Importância e relevância do tema

Escolheu-se este tema, porque durante o período em que estava-se a realizar o trabalho prático de gestão financeira, tomou-se nota que muitas empresas do sector financeiro tomam decisões a nível financeiro sem utilizar as informações provenientes da análise financeira.

É importante estudar este tema, pois que com o presente trabalho pretende-se contribuir com a literatura na área de finanças e contribuir consideravelmente para a academia da gestão financeira, tendo em vista que o mesmo possa despertar ainda mais o interesse dos demais estudantes pela pesquisa científica, relacionada ao tema.

A viabilidade da pesquisa está nos benefícios que ela trará para a academia e para o banco em referência, contribuindo desta feita com a construção do conhecimento benéfico à sociedade como um todo.

Estrutura do trabalho

O presente trabalho está estruturado em três capítulos, para além da Introdução, correspondendo:

- O primeiro capítulo dedicado ao Enquadramento Teórico onde será retratado e discutidos alguns termos que considerou-se chave segundo determinados autores para o presente trabalho de investigação;
- O segundo capítulo que retrata sobre Visão geral da metodologia de Investigação onde tratar-se-a da Metodologia utilizada para a concretização dos objectivos de Investigação.
- Finalmente no terceiro capítulo, proceder -se- a a discussão dos resultados ou estudo de caso sobre a situação económica e financeira do Banco Comercial Angolano S.A.

Após abordar os 3 capítulos, apresentou-se as conclusões e recomendações .

CAPITULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Conceito e Funções Clássicas de Empresa

Num contexto actual onde a concorrência é cada vez mais forte e a busca pela competitividade é uma necessidade constante. As empresas necessitam de informações precisas e oportunas para apoiar o processo decisório. A escassez de recursos financeiros e o elevado custo, aliado com a falta de planeamento e controlo, têm contribuído para que muitas empresas encerrem suas actividades.

No mundo dos negócios muitas decisões tomadas podem determinar o sucesso ou o fracasso de uma empresa. Para que tais decisões sejam tomadas de forma mais acertada possível é imprescindível que os tomadores de decisão tenham em disposição as informações necessárias, dando mais racionalidade ao processo. A tomada de boas decisões torna-se então, um factor crucial para assegurar a sobrevivência, crescimento e permanência da empresa no mercado.

Lauzel (2009) Concorda com o parágrafo anterior e fundamenta que existem múltiplas formas de definir empresa. De uma forma resumida, define:

Empresa como um agrupamento humano hierarquizado, que mobiliza meios humanos, materiais e financeiro para extrair, transformar, transportar e distribuir produtos ou prestar serviços e que atendendo a objectivos definidos por uma direcção, faz intervir nos diversos escalões hierárquico as motivações dos lucros e da utilidade social. Seu objectivo é combinar, de forma eficiente e eficaz, factores de produção, como recursos financeiros, materiais e humanos, sob o controlo de um ou mais indivíduos, com vista a produção de bens ou prestação de serviços que vão de encontro às necessidades das comunidades onde se encontra inserida e dos que nela participam.

Segundo Lauzel (2009, p.22) Numa empresa, podemos encontrar as seguintes funções clássicas:

Função Administrativa - Engloba todos os serviços que, embora não estando directamente relacionados com as diversas funções, contribuem para a consecução dos objectivos particulares e da empresa como um todo.

Função Produção - Reúne tarefas relacionadas directamente com a produção, nomeadamente o controlo a nível qualitativo e quantitativo da produção.

Função Comercial – É responsável pelos estudos de mercado, para melhor adaptar as características do produto em si com as características potenciais do consumidor. Orienta a produção de modo a evitar excessos ou roturas de *stock*.

Função Aprovisionamento – Abarca as funções relacionadas com a gestão material, económica e administrativa dos produtos. É responsável para assegurar aos diversos sectores da empresa, o fluxo de materiais ou serviços necessários, em devido tempo, ao mínimo custo e nas qualidades e quantidades requeridas.

Função Pessoal – É responsável pelas tarefas relacionadas com a gestão dos recursos humanos, como recrutamento, formação de pessoal, proporcionar prémios de produtividade, sempre tendo em vista, o melhor aproveitamento da energia humana.

Função Financeira - Determina a forma, mais racional possível, de obtenção e aplicação dos meios financeiros necessários à actividade da empresa. Preocupa-se com o equilíbrio financeiro, evitando dependência perante terceiros e, portanto, perda de autonomia da empresa.

1.1.1. Ciclos de Actividade da Empresa (CAE)

Segundo, Lauzel (2009), O ciclo de actividade é um dos conceitos básicos para efeitos de análise financeira. As actividades da empresa referem ao processo de produção e troca com outros agentes económicos. Estas actividades, reais ou financeiras, se subdividem em três ópticas:

1- Óptica financeira que se relaciona com as despesas e receitas, que são direitos e obrigações de carácter financeiro, inseridas na óptica financeira da empresa e evidenciadas no Balanço e na Demonstração de Origens e Aplicações de Fundos.

2- Óptica de tesouraria ou de caixa, diz respeito aos fluxos de entrada e saída de meios monetários. Relaciona-se com os recebimentos e pagamentos, conceitos baseados na óptica monetária da empresa e que estão evidenciados na demonstração dos fluxos monetários, vulgarmente conhecida por demonstração dos fluxos de caixa.

3- Óptica económica ou produtiva que se relaciona com a transformação e incorporação dos recursos no processo produtivo originando durante o exercício económico, gastos e rendimentos que estão ligados à óptica económica da empresa. São evidenciados na demonstração de resultados por natureza e na demonstração de resultados por funções.

Lauzel (2009), fundamenta que no decurso da sua actividade, uma empresa mantém e estabelece relações com diversos agentes económicos recebendo ou cedendo prestações. Desta constante interação, origina fluxos de entrada de bens e serviços dos fornecedores e fluxos de saída de bens e serviços para os clientes. Estes fluxos, reais ou financeiros, vão assegurar as operações entre a empresa e seus agentes económicos.

Os Fluxos Reais relacionam-se com os bens e serviços. São também designados por fluxos económicos de entrada ou saída de meios monetários, decorrentes das actividades do ciclo de exploração, investimentos ou desinvestimentos em activos reais. Os fluxos reais subdividem-se, por um lado, em fluxos económicos de exploração, que abrangem as aquisições de recursos e vendas de bens ou serviços, e por outro, em fluxos económicos autónomos, relacionado com operações de investimentos e desinvestimentos.

Tabela 1: Exemplos de principais fluxos reais

Prestações Recebidas		Prestações Cedidas
Matérias-primas	→EMPRESA→	Produtos acabados
Equipamentos		Prestação para a própria empresa
Serviços especializados		Mercadorias
Trabalho/ Mão-de-obra		Serviços especializados

Fonte: Lauzel (2009).

Para Gerard (2011, p.40), Os Fluxos Financeiros se referem à quantidade de moeda, ou entrada e saída de meios financeiros que é devida pelas transações efetuadas. Subdivide-se em duas categorias:

- Por um lado, em Fluxos financeiros induzidos por fluxos reais, se forem contrapartida dos fluxos reais e, por outro, em fluxos financeiros autónomos, que se referem aos fluxos que não se originaram dos fluxos reais, mas sim de fluxos resultantes de outras operações, como aumento de capitais, reembolso de empréstimos, ou concessão de empréstimos. Dependendo do número de agentes que intervêm no processo, os fluxos induzidos podem ser directos (venda de um activo físico) ou indirectos (transformação de um activo físico em activo financeiro, para depois vender esse activo). E por sua vez, os fluxos directos podem ser imediatos ou diferidos.

Tabela 2: Exemplos de principais fluxos financeiros ou monetários

Contraprestações Cedidas		Contraprestações Recebidas
Reembolso de empréstimos obtidos	← EMPRESA ←	Reembolso de empréstimos concedidos
Empréstimos concedidos		Empréstimos obtidos
Pagamento de bens serviços e trabalho		Preços dos bens e serviços

Fonte: Gerard (2011).

O conjunto destes fluxos financeiros origina o Ciclo Financeiro que, dependendo da sua duração e natureza, pode ser de investimento, de exploração ou das operações financeiras.

1.1.2. Principais Decisões Empresariais

Decisão é definida como uma sequência de ações escolhidas e praticadas por uma pessoa ou empresa, visando alcançar os objetivos almejados. É um processo que se desenvolve quando se define um problema a ser resolvido e se chega a uma solução (Solnik 2012),

- Segundo Aurélio (2010), Decidir significa optar, escolher ou selecionar de entre várias alternativas, aquela que pareça mais adequada.

Solnik (2008), concorda com o autor anterior e sustenta que as decisões exigem um processo e são tomadas em resposta a problemas, alguma necessidade ou simplesmente para alcançar um objetivo. As condições de certeza, incerteza e o risco associado são factores que, não estando sob o controlo do tomador de decisão, influenciam as decisões. No dia-a-dia das empresas, o Gestor/Administrador necessita de tomar decisões empresariais distintas e diferentes, que têm de ser coerentes com os recursos disponíveis, condicionalismos internos e externos e objetivos da empresa. Devem ser tomadas de forma organizada e equilibrada, no sentido de garantir um bom funcionamento da globalidade da empresa.

Porém, antes de se decidir sobre qualquer caminho a se seguir, o administrador deve cercar-se de informações que lhe darão base para que sua escolha seja a melhor possível, em detrimento dos contextos sociais, económicos e financeiros da organização.

Conforme exposto anteriormente, toda decisão tomada em uma empresa pode ser entendida como uma decisão de âmbito financeiro. Partindo-se desse princípio, é possível afirmar que a primeira coisa a ser feita ao se iniciar um processo decisório é a análise financeira da organização.

Independentemente da decisão a ser tomada, a análise financeira será necessária, e as informações obtidas através das demonstrações servem como uma ferramenta muito útil para que essa análise seja feita de forma racional, evitando desgastes financeiros na organização.

A análise financeira das demonstrações é de grande utilidade, quando se busca o enfoque gerências, pois serve como base de informações para tomada de decisão do

administrador. Quanto mais numerosas as informações filtradas das demonstrações, maior a possibilidade de se elaborar um planeamento financeiro à empresa uma maior competitividade em relação a seus concorrentes, contribuindo para um melhor desenvolvimento e crescimento económico da empresa. É preciso analisar não só quantidade de informação, mas também sua qualidade, pois informação em quantidade exagerada pode tornar-se inútil, uma vez que a ferramenta de análise de demonstrações visa agilidade na tomada de decisões.

Segundo Solnik (2008, p.51), o processo decisório pode ser dividido em três categorias, a saber:

- Decisões Estratégicas – Dizem respeito às decisões tomadas, tendo em conta a empresa e o seu meio envolvente. Determinam as metas e objectivos relacionados com estratégias a adaptar no sentido de desenvolver e explorar a posição actual no mercado.
- Decisões Administrativas – São decisões relacionados com a estruturação, aquisição e desenvolvimento de recursos disponíveis, de modo a criar possibilidades de realizar as opções estratégicas e ter melhores resultados possíveis de desempenho.
- Decisões Operacionais – São decisões relacionadas com a concretização dos planos definidos nas decisões administrativas, de forma a maximizar a eficiência e rentabilidade dos processos de transformação dos recursos. Exigem mais atenção por parte dos órgãos de decisão.

Estes três tipos de decisão, apesar de distintos, são interdependentes e complementares e são tomadas num ambiente de recursos limitados o que obriga, necessariamente, à escolha entre alternativas, todas elas, com um custo de oportunidade associado.

1.1.3. A função financeira

Caldeira (2011), dá um grande contributo a cerca da função financeira e diz que:

Inicialmente, a função financeira preocupava-se com tarefas que se resumiam a operações relacionadas com recebimentos e pagamentos resultantes das outras actividades da empresa. Portanto, a função financeira se limitava às questões ligadas à tesouraria da empresa, ou seja, às decisões meramente operacionais. Posteriormente, com a teoria tradicional, a função financeira passou a ter um papel mais activo dentro da empresa, preocupando-se, fundamentalmente, com a obtenção dos meios financeiros necessários ao funcionamento e desenvolvimento da empresa. Nesta fase, a função financeira dava uma atenção especial às decisões de financiamento, aprimorando aspectos como custos de financiamento e sua aplicação, com vista a ter equilíbrio financeiro e rentabilidade.

Na gestão financeira moderna, esta função participa nas decisões de investimentos, na análise e controlo da rentabilidade das aplicações, dando atenção especial tanto a gestão financeira corrente como a gestão estratégica.

A vertente financeira está subjacente à actividade empresarial de qualquer empresa e preocupa-se em analisar, de forma mais profunda possível, os aspectos relacionados com a gestão da tesouraria, análise e controlo da rentabilidade, política de distribuição de resultados, políticas de investimentos, entre outros.

Conceito de Função Financeira

Para Caldeira (2011), qualquer decisão tomada ou acção realizada dentro de uma empresa tem implicações directas ou indirectas a nível financeiro, há necessidade de uma função que vai determinar quais as melhores decisões à tomar com vista ao alcance dos objectivos pré definidos. A função financeira é, então, responsável pela preparação, execução, avaliação e controlo das decisões financeiras da empresa. Procura analisar e interpretar a situação da empresa e decidir como aplicar os fundos que tem a sua disposição. Com o aumento da competitividade e escassez dos recursos financeiros, em consequência da dinamização da actividade económica, as empresas necessitam fazer uma gestão cada vez mais eficaz de todas as questões de natureza financeira. Assim, a função financeira pode ser considerada uma das funções básicas de uma empresa ou qualquer organização, a ser desenvolvida pelo gestor financeiro. Tem um papel primordial, na medida em que ajuda o gestor a gerir, da melhor forma, os recursos que são escassos, ao mesmo tempo que determina possíveis necessidades de investimentos. É responsável pela gestão da tesouraria, análise económica e financeira, elaboração de programas e orçamentos e do plano financeiro, de modo geral.

Objectivos e Limites da Função Financeira

Segundo Caldeira (2011, pag 118) o objectivo principal da empresa é a maximização do lucro. Essa teoria foi sujeita a críticas, porque se tratava de uma perspectiva restrita e não levava em conta a incerteza e o risco. O lucro é uma medida subjectiva do valor da empresa e depende de regras e princípios contabilísticos adoptados no reconhecimento das classes das demonstrações financeiras. O objectivo principal passou, então, a ser a maximização da riqueza dos accionistas. Daí, surge o conceito de “Cash-flow”, uma medida objectiva de análise do processo de criação de valor da empresa que atende o valor do dinheiro no tempo e leva em conta o risco. Seguidamente, o princípio de maximização do valor da empresa passa a ser o objectivo principal. Mas, dada a falta de compatibilização dos interesses dos vários utentes, definiu-se a *criação de valor para o accionista*, como objectivo principal da função financeira.

A função financeira avalia e controla as decisões de investimento, tendo em conta a rentabilidade esperada e o risco económico e financeiro. Preocupa-se com a obtenção e aplicação dos recursos financeiros de forma mais vantajosa sendo, ao mesmo tempo, responsável pela elaboração de orçamentos financeiros e orçamentos de tesouraria visando prever eventuais excedentes ou necessidades de tesouraria.

Outro objectivo da função financeira segundo Da Silva (2010) é eliminar ou reduzir o risco financeiro através de instrumentos de cobertura de riscos – os activos financeiros derivados – incluindo opções, contrato *forward*, entre outros. Além de reduzir o risco, poderão ser utilizados na tomada de decisões especulativas, para modificar a natureza de uma dívida ou de um investimento ou para reflectir acerca da futura direcção do mercado. Apesar de integrar um vasto número de tarefas, a função financeira tem limitações, e essas devem ser levadas em conta, principalmente quando se pretende visualizar a empresa numa perspectiva financeira.

Como referido anteriormente, Lauzel (2009, p. 18) define empresa como uma unidade económica autónoma que mantém um contacto dinâmico com a envolvente. Logo, a natureza dos seus problemas não se resume só a aspectos de natureza exclusivamente financeira. Estão subjacentes as estratégias que criam valor através da exploração de vantagens competitivas. Essa criação de valor vai depender não só da situação

financeira mas, sobretudo, da sua capacidade de transformar as vantagens competitivas em fluxos de caixa futuros.

Função Financeira, Gestão Financeira e Análise Financeira

Como referido anteriormente, a Função Financeira abarca todas as tarefas ligadas a obtenção, utilização e controlo dos recursos financeiros, mais especificamente, estudos e actuações relacionados com a determinação das necessidades de recursos financeiros. Controla as aplicações dos fundos recebidos e a rentabilidade dos investimentos. Caldeira (2011).

Segundo Campos (2010), Gerir significa actuar, decidir e optar. A Gestão Financeira está em constante evolução, e seu domínio tem sido ajustado e modificado, permanentemente ao longo dos anos. A Gestão Financeira visa gerir as tarefas que fazem parte da função financeira. Inclui tarefas como, a previsão dos acontecimentos, tomada de decisões que resultam em actos executivos posteriores, organização e coordenação dos recursos materiais e humanos e controlo e verificação do cumprimento das tarefas pré fixadas. Seu objectivo é minimizar os custos financeiros assegurando a liquidez no curto prazo, tendo em consideração os objectivos e estratégias da empresa. A gestão financeira actua no sentido de definir a estrutura mais adequada à empresa assegurando-lhe o máximo de rendibilidade, mantendo e promovendo o reforço dos seus activos.

Cabe, então, à Análise Financeira recolher e analisar informações de forma a obter um julgamento seguro sobre a situação financeira da empresa, detectando eventuais tendências futuras e, assim, propor medidas a adoptar. Por conseguinte, a análise visa determinar em que medida são conseguidos os objectivos gerais e particulares que correspondem ao conjunto das tarefas integrantes da função financeira. Quando feita internamente, é vista numa perspectiva previsionial e voltada para o controlo de gestão.

A Estrutura Organizacional¹ e a Função Financeira

Segundo Stewart *et al* (2010) para alcançar os objectivos previamente fixados em qualquer empresa ou organização, é preciso ter os recursos necessários e aplicá-los de forma mais eficiente e racional possível. Esta condição é indispensável, mas não é suficiente para o sucesso. Com o desenvolvimento da actividade económica, parece difícil, se não impossível, uma empresa atingir seus objectivos com sucesso se não for bem estruturada, possuindo uma direcção e uma organização. Deve, então, possuir uma estrutura organizacional que depende da sua dimensão e natureza e que visa contribuir para a obtenção de maior eficiência e eficácia no alcance dos objectivos, no uso dos recursos disponíveis e no apoio ao processo de tomada de decisões. A função financeira é um dos elementos integrantes desta estrutura. Sua importância e extensão dependem, em grande parte, da dimensão da empresa. Se tratar de uma pequena empresa, a função financeira é realizada pelo departamento de contabilidade. Mas, a medida que a empresa vai atingindo uma certa dimensão, os problemas financeiros vão-se tornando mais complexos, tornando-se necessário criar uma unidade organizacional autónoma que, além de favorecer a comunicação com as restantes funções, vai ajudar a empresa na tomada de decisões.

No entanto, se os problemas da empresa são sempre financeiros, a gestão financeira vai coincidir com a gestão empresarial, não tendo, deste modo, autonomia própria. Dependendo da dimensão da empresa, assim será a necessidade de um departamento que se ocupa com problemas específicos financeiros, como inventariação de recursos, necessidades de financiamentos, ver qual a melhor forma de obter financiamento e controlar as aplicações. Estes problemas devem ser estudados por centros de decisão especializados nestas matérias e, portanto, inerentes a função financeira.

1.2. Análise Económica e Financeira (AEF)

Segundo Nabais, (2009, p. 75) independentemente da dimensão e natureza da actividade de uma empresa deve-se conhecer, de forma exacta, a sua situação económica e

1

Estrutura Organizacional refere-se ao modo como as actividades de uma empresa estão organizadas, divididas e controladas.

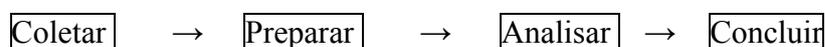
financeira permitindo, assim, a resolução de problemas de gestão. Esta análise é feita com base num conjunto alargado de metodologias, instrumentos ou técnicas que se baseiam fundamentalmente na análise do Balanço, da Demonstração de Resultados e mais recentemente da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Seu objectivo é avaliar e interpretar a situação da empresa através do estudo da rentabilidade, produtividade, crescimento e desenvolvimento, liquidez e solvabilidade. A situação económica e financeira vai reflectir a estratégia que foi seguida pela empresa e sua vantagem competitiva, preocupando-se, fundamentalmente, em responder a duas questões:

- Em que medida uma empresa dispõe de recursos financeiros adequados as suas necessidades operacionais, ou tem possibilidade de vir a dispor destes recursos, de forma a assegurar a consecução dos seus objectivos e garantir sua independência perante terceiros?

- Qual a capacidade que a empresa dispõe de gerar rendimentos, dando assim satisfação a todos os que dela participam e assegurando permanência e expansão da sua actividade?

A primeira questão se refere ao estudo da situação financeira, mais precisamente à análise dos conceitos relacionados com o endividamento, ciclo de exploração, equilíbrio financeiro, em geral, e liquidez e solvabilidade, em particular. A segunda questão pretende analisar a empresa do ponto de vista económico, analisando o grau de eficiência, em termos de rentabilidade, (lucro), e produtividade, (valor acrescentado).

De forma simples e esquemática, a análise económica e financeira das empresas consiste nas seguintes fases:



Fonte: Stewart *et al* (2010)

Figura 1 – Fases da Análise Económica e Financeira

Na primeira fase, recolhe as informações necessárias à análise. Estas informações são encontradas, basicamente, nas demonstrações financeiras e em documentos complementares. Na fase da preparação, verifica-se a veracidade dos valores

apresentados nos principais mapas contabilísticos e faz-se a arrumação das peças contabilísticas.

Prossegue-se, seguidamente, com a análise que nada mais é, do que a interpretação dos dados obtidos nas outras fases. É feita com base num conjunto alargado de metodologias e instrumentos, entre os quais a análise dos mapas financeiros, cálculo e análise dos indicadores julgados pertinentes. Feita a análise, indicamos as conclusões, eventuais medidas corretivas e as devidas recomendações. (Stewart *et al* 2010)

1.2.1. A Análise Económica e Financeira como Instrumento de Gestão

Segundo Stewart *et al* (2010, p. 785), A análise económica e financeira consiste numa metodologia, ou conjunto de técnicas e processos previamente determinados que apoiam o gestor no momento de definição de políticas, acções e metas que compõem o planeamento estratégico da organização. De salientar que, com a globalização dos negócios, novos desafios se colocam à nível da gestão. Assim, a empresa deverá dispor de um bom sistema de informação e, sobretudo, um sistema eficaz de controlo de gestão, auxiliando o gestor na implementação de estratégias. A sobrevivência de qualquer organização, muito dependerá da forma como dá respostas aos desafios do ambiente externo, caracterizado pela incerteza, risco e grande turbulência, mas também, por oportunidades favoráveis que devem ser aproveitadas ao máximo.

Com o desenvolvimento da tecnologia, a análise financeira tornou-se um processo mais dinâmico pois, além do factor financeiro, leva-se em consideração a estratégia empresarial, englobando as decisões de investimento e financiamento da organização. Esta visão dinâmica vai procurar interagir à necessidade da remuneração dos accionistas, o interesse dos funcionários pela organização e conseqüentemente o bom ambiente de trabalho, a responsabilidade com os objectivos e políticas do país entre outros factores que conduzirão ao aumento da quota de mercado, expansão e desenvolvimento da empresa. Para atingir estes objectivos elencados anteriormente, as organizações devem ter muito claro, em seus planos estratégicos, as políticas de investimento e financiamentos que vão proporcionar condições financeiras favoráveis às suas actividades. Stewart *et al* (2010, p. 787),

Para Shichmidt (2006, p. 87), a análise económica e financeira é um importante instrumento de gestão e de apoio à tomada de decisões que, basicamente, auxilia o

gestor na minimização das incertezas, ajudando-o a determinar que caminhos seguir, ou que linhas de acção desencadear. Através desta análise, conhecemos a competitividade da empresa, sua atratividade e posição concorrencial, podemos identificar os riscos do negócio, as vantagens competitivas e, sobretudo, determinar até que ponto a empresa cria ou não, valor para os accionistas, numa perspectiva histórica e previsional, explicando razões que estiveram por detrás de cada situação. Esta análise, de certa forma, contribui para fazer uma apreciação crítica da situação da empresa, que servirá de base à formulação de estratégias futuras. Daí, a sua importância como instrumento de gestão.

1.2.2. Ópticas de Abordagem da Análise Económica e financeira

1.2.2.1. Principais utentes da Análise Económica e financeira

Segundo Borges *et al*, (2004, p. 33), a informação constitui um “activo intangível” conducente à criação de conhecimento, factor cada vez mais determinante no desenvolvimento e sucesso das empresas”. A contabilidade, como sistema de informação, deve proporcionar informações em tempo oportuno e que sejam relevantes, fiáveis, úteis e objectivas à tomada de decisões. Dependendo dos objectivos e da perspectiva em que se encontra o analista, assim será a intensidade com que se deve estudar os conceitos de Liquidez, Solvabilidade, Rendibilidade e Produtividade. A análise interessa a um vasto universo de utentes, embora com interesses e intensidades diferentes.

Para Borges, (2008), os utentes da informação e suas respectivas necessidades são:

- Os Gestores da empresa precisam da informação para conhecer, o mais profundamente possível, a situação financeira actual da empresa, entre outras informações complementares. Estas informações vão ajudá-los a fazer previsões futuras e adotar medidas corretivas, promovendo a estabilidade e o crescimento da empresa.
- Os Clientes, sobretudo aqueles que têm grande dependência dos produtos da empresa, necessitam conhecer a situação do equilíbrio financeiro, para analisar se a empresa tem condições de continuidade.
- Os fornecedores e outros credores, querem conhecer, acima de tudo, a capacidade que a empresa tem de responder aos seus compromissos assumidos nas respectivas datas de vencimento e, assim, negociar novos prazos de pagamentos.
- Os Accionistas/ Sócios, principalmente os pequenos accionistas precisam conhecer o grau de liquidez, solvabilidade, nível de rendibilidade e produtividade, para saber se vão ou não receber dividendos e analisar os riscos e retornos inerentes aos investimentos.

- O Fisco deseja conhecer os mecanismos de formação do lucro para efeitos de colecta do máximo imposto. Necessitam da informação para saber como tributar a empresa.
- As instituições de crédito precisam da informação para analisar a capacidade de reembolso de eventuais financiamentos e, sobretudo, para abarcar uma visão geral e profunda da situação financeira da empresa, com vista a decidir se continuam a apoiar a empresa mesmo em situações de risco, ou deixam de apoiar, mesmo que se espera melhoria da situação.
- O Estado é um utente que pode, ao mesmo tempo, ser o gestor, cliente e até mesmo um fornecedor da empresa. Tem a responsabilidade de condução de políticas financeiras globais e eventuais tomadas de medidas de apoio a certos sectores de actividades.
- Os trabalhadores e suas estruturas sindicais, precisam conhecer a rendibilidade, a estabilidade presente e sua capacidade de expansão, de modo a conhecer a possibilidade da empresa, proporcionar certos benefícios.

Além destes utentes, há outras entidades que, eventualmente, se interessam em conhecer a situação económico-financeira da empresa.

1.2.3. Elementos de base à análise económica e financeira

É tarefa da Análise Económica e Financeira examinar, de forma detalhada, os dados financeiros relativos a uma determinada empresa. A análise fundamenta-se nas demonstrações financeiras, ou dados financeiros, em geral, e ainda em factores condicionantes internos, como a estrutura da empresa, capacidade tecnológica e de gestão. Factores condicionantes externos, como políticas governamentais e questões de natureza macro económicas, devem ser levadas em consideração no processo de análise. Seguidamente, serão apresentados os principais elementos que são utilizados pela maioria das empresas, como ferramentas de análise económica e financeira e que são importantes instrumentos de apoio ao processo decisório, Borges, (2008, p.39).

Tabela 3: Demonstrações Financeiras e conceitos fundamentais

	Situação Financeira	Situação Económica	Situação Monetária
Demonstrações Financeiras	- Balanço - Demonstração de Origens e Aplicações de Fundos	- Demonstração de Resultados por Natureza - Demonstração de Resultados por Funções	- Demonstração dos Fluxos de Caixa
Conceitos Fundamentais	- Fundo de Maneio - Necessidades de Fundo de Maneio - Tesouraria	- Rendibilidade - Auto financiamento - Excedentes de Exploração	- Meios Libertos ou Cash flow
Tipos de Fluxos	Fluxos Financeiros Externos: Despesas e Receitas	Fluxos Económicos Internos: Gastos e Rendimentos	Fluxos Monetários Externos: Pagamentos e Recebimentos

Fonte: Borges (2008, p. 40).

1.2.4. Elementos de carácter contabilísticos

Segundo Solnik (2008, p. 40), os elementos de carácter contabilísticos são os mapas, quadros e relatórios utilizados na análise. Incluem as demonstrações financeiras e outras informações complementares. Mas, para que haja eficiência na análise além de analisar estes elementos, convém recolher informações de carácter extra-contabilístico.

1.2.5. Análise Económica

A análise económica serve para analisar a capacidade de uma empresa obter lucros necessários a remuneração dos capitais postos a sua disposição. Sob o ponto de vista meramente económico, o objectivo principal da empresa é conseguir a máxima rentabilidade dos capitais nela investidos de forma a assegurar seu crescimento e permanência no mercado. Esta análise está intimamente relacionada com a análise financeira, pois, a rendibilidade depende não só da capacidade da empresa obter lucros necessários para remunerar o investimento mas, também, da sua estrutura financeira. “Stewart *et al* (2010, p 801)”

Elementos de Suporte a Análise Económica – Indicadores Económicos

Segundo Das Neves (2011, p.180) o objectivo da empresa não deve ser a maximização do lucro em termos absoluto, mas sim, maximizar a relação entre os lucros obtidos e os capitais investidos. A rendibilidade pode ser medida, de uma forma global, através do seguinte indicador:

$$\text{RCP} = \frac{\text{R/Liquido}}{\text{C/Próprio}}$$

Trata-se de um indicador que mede a capacidade da empresa remunerar os capitais próprios, nela investidos e está intimamente relacionada com a criação de valor para o accionista. Depende da estrutura financeira adoptada, da rendibilidade operacional dos activos, do efeito dos resultados extraordinários e do efeito fiscal.

Para melhor entender os factores que condicionam a rendibilidade, este indicador é decomposto em vários sub-rácios ou sub-indicadores. Estes Sub-rácios, bem como também, a árvore da Rendibilidade dos Capitais próprios podem ser consultados nos anexos, parte integrante deste trabalho. “Stewart *et al*, (2010, p. 804)”

1.3. Análise Estática e Análise Dinâmica no Estudo da Rendibilidade

A análise estática permite evidenciar a realidade de uma empresa num dado momento. Esta análise apesar de possuir uma certa utilidade, não permite fazer um juízo completo acerca da evolução da situação económica. O estudo da rendibilidade só adquire seu verdadeiro sentido, quando for feita uma análise dinâmica analisando não só os factores que num dado momento condicionaram esta rendibilidade, mas também sua evolução ao longo dos anos. Feita uma análise dinâmica, poderemos ver a tendência da evolução da rendibilidade e prever sua evolução futura facilitando, assim, a adopção de medidas necessárias para evitar uma eventual evolução desfavorável. Stewart *et al* (2007, p. 806).

Rendibilidade e Risco

Stewart *et al* (2010), A rendibilidade e o risco são dois aspectos fundamentais a levar em conta numa análise económica e financeira. A rendibilidade refere à taxa de rendimento que se espera dos investimentos feitos num determinado período de tempo. É obtida pela relação entre o resultado obtido e o valor do investimento feito. Nem sempre as previsões feitas, em relação ao retorno esperado são atingidas. Assim, surge os conceitos de risco e incerteza. Falamos de risco quando estamos perante uma situação em que é possível estimar, de forma objectiva, as probabilidades de um acontecimento. Existe incerteza quando não é possível fazer estimativas recorrendo-se, então, às probabilidades. Esta incerteza é condicionada por uma série de factores que, podem ou não, ser controlados pela empresa. Quanto maior for a incerteza, maior será o risco do investimento.

Em termos de análise financeira podemos falar do Risco Económico ou de negócio que depende de factores como, tipo de sector que a empresa está inserida, da sua dimensão e tipo de negócio. Está associado à actividade operacional da empresa e à sua estrutura de custos. Para medir este risco, recorre-se a indicadores como Grau de Alavanca Operacional, Ponto Crítico e Margem de Segurança. (Stewart *et al*, (2007, p. 815),

Segundo Sousa (2005, p. 89), O Risco Financeiro relaciona-se com a estrutura financeira de uma empresa, nomeadamente a forma de financiamento do activo e a capacidade da empresa fazer face aos seus compromissos. Quando uma empresa recorre a financiamentos com custos superiores a rendibilidade esperada, está sujeita a um maior risco financeiro e aumenta a possibilidade de endividamento. Este risco é medido através dos indicadores de Grau de Alavanca Financeiro, Solvabilidade e Autonomia Financeira. Entretanto, para investir, a empresa necessita de financiamentos. Assim, antes de optar pelo financiamento por capitais próprios ou alheios, deverá ter em conta não só o custo de oportunidade e as taxas de juros, mas também o risco associado, isto é, a rendibilidade. Uma forma de criar valor para o accionista é através da realização de investimentos favoráveis do ponto de vista da rendibilidade, isto é, investimentos que apresentam uma taxa de rendibilidade superior à taxa de custo de oportunidade do capital.

1.3.1. As Demonstrações Financeiras (DF's)

As DF's são documentos, incluindo quadros, relatórios e mapas, apresentados periodicamente pelas empresas e que têm como objectivo proporcionar informações, acerca da posição financeira (Balanço), do desempenho (Demonstração de Resultados) e alterações na posição financeira (Demonstração dos Fluxos de Caixa). Regra geral, são elaboradas no final do exercício económico. (Almeida, 2008)

De acordo ao Plano geral de contabilidade Decreto nº 82/2001 de 16 de Novembro pag 14 ao elaborar as DF's, os gestores poderão ser confrontados com preconceitos, má interpretação ou mesmo inexactidão. Para minimizar estes e outros riscos, as demonstrações devem ser preparadas e apresentadas com base em conceitos, normas e Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites (PCGA's). As DF's devem proporcionar informações que retratam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e de resultados, e que sejam credíveis e úteis para determinar a verdadeira eficiência da gestão dos recursos económicos e financeiros.

Assim, a informação deve reunir algumas características como:

Compreensibilidade – As DF's não devem conter informações complexas ou de difícil compreensão para os utentes. Devem proporcionar informações objectivas e claras.

Relevância – Está intimamente associada a materialidade e é definida pela capacidade de influenciar decisões tomadas por parte dos utentes e ajudá-los a avaliar acontecimentos passados, presentes e prever acontecimentos futuros.

Fiabilidade – A informação deve estar isenta de erros materiais e preconceitos e ser completa, tendo em conta a ponderação entre benefício e custo. A informação deve mostrar, de forma apropriada as operações e acontecimentos, de acordo com a substância e realidade económica e não meramente de acordo com sua forma legal.

Comparabilidade – relaciona com o princípio de consistência e da continuidade. As políticas contabilísticas não devem ser alteradas, de um período para outro, para que seja possível estabelecer comparações, no tempo e no espaço.

É sobre as demonstrações financeiras que incide boa parte da análise económico-financeira, logo, interessa-nos não a quantidade, mas sim a qualidade das informações.

O Balanço

O Balanço é um documento que retrata a situação patrimonial de uma empresa, numa determinada data, sendo composto pelo Activo, Passivo e pelo Capital Próprio. É um mapa que retrata as origens dos recursos financeiros disponíveis ou o financiamento e as respectivas aplicações de fundos, ou os investimentos. No Balanço é evidenciado o princípio básico da contabilidade, segundo o qual o Activo tem que ser financiada pelo

Capital Próprio ou por Capitais Alheios. (Activo = Passivo + Capital Próprio). O Balanço é visto numa perspectiva patrimonial, quando evidencia a situação patrimonial (bens, direitos e obrigações) de uma empresa num dado momento, incluindo o património líquido, ou numa perspectiva Financeira, quando evidencia a situação financeira retratando o conjunto de aplicações de capital e o conjunto de origens ou fontes de financiamento, numa perspectiva estática.

A Demonstração de Resultados

Segundo o Plano geral de contabilidade, (Decreto nº 82/2001 de 16 de Novembro p. 25). É um mapa que reflecte os gastos e rendimentos de um determinado período, normalmente durante um ano. A comparação entre os gastos e rendimentos dá origem a um resultado positivo ou negativo (lucro ou prejuízo). A Demonstração de Resultados, só por si, é um elemento fundamental para análise da situação económica de uma empresa. Avalia a eficiência económica e a capacidade de uma empresa gerar valor. A sua apresentação é feita segundo duas ópticas:

- A Demonstração de Resultados por Natureza, que agrega os componentes económicos de acordo com a tipologia ou natureza. Evidencia o resultado que uma empresa obteve, resultante do exercício da sua actividade. O formato desta demonstração financeira respeita o princípio de substância sobre a forma.

- A Demonstração de Resultados por Funções está voltada para o interior da empresa. Evidencia as componentes económicas, de acordo com a afectação funcional dos mesmos. Para elaborar esta demonstração, é preciso um conjunto de informações complementares que, muitas vezes, só são obtidas através da contabilidade analítica ou de gestão. Existe, efectivamente, alguma dificuldade na afectação funcional dos gastos e rendimentos e, portanto, na elaboração deste mapa.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa

Segundo De Oliveira, (2009), a DFC é um documento contabilístico financeiro que completa a informação fornecida pelas outras DF's. Explica a origem e o destino dos recebimentos e pagamentos, efectuados. Contrariamente às outras DF's, esta é elaborada segundo o regime de caixa. Normalmente se elaborava um Mapa de origens e aplicações de fundos. Actualmente, este mapa perdeu sua relevância e sua informação passou a ser

tratada na DFC, visto que esta proporciona informações históricas e mais detalhada, separando a obtenção e aplicação de recursos financeiros em três categorias: Fluxos das Actividades Operacionais, Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento e Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento. Através deste mapa podemos ver como foi gerado e como foram utilizados os meios financeiros num dado período.

Pode ser elaborada segundo dois métodos:

1 - Método Directo que é baseado diretamente no movimento de caixa, nas fontes e destinos dos recebimentos e pagamentos relacionados com as contas que originam entrada ou saída de meios financeiros. É o método mais indicado para ser utilizado porque proporciona informação mais detalhada e de forma completa.

2 - Método Indireto onde os fluxos das actividades operacionais são apurados à partir do componente do cash flow de exploração. O fluxo líquido de caixa das actividades operacionais é calculado à partir do resultado líquido do exercício, ajustado às variações ocorridas nas rubricas não relacionadas com caixa.

A Importância das demonstrações financeira na análise Financeira

- O Balanço e a demonstração de resultados são os demonstrativos mais utilizados na análise financeira. Contudo, não revelam ao seu usuário muito sobre como a empresa gerencia o seu fluxo de caixa. Assim, a DFC é um importante instrumento de apoio a análise e a decisão que evidencia a situação monetária de uma empresa e a capacidade que esta tem de gerar liquidez. Através deste mapa, podemos conhecer o cash flow de exploração (fluxos de caixa), ou seja, os meios libertos ou liquidez. Este conceito é indispensável para efeitos de gestão financeira, nomeadamente no apoio as decisões de gestão e, sobretudo, para análise económica e financeira. A DFC é uma demonstração financeira de grande utilidade e proporciona informações que nos ajudam a analisar as variações ocorridas na estrutura financeira e a capacidade da empresa de gerar meios financeiros. Sua análise nos permite ver a melhor forma de gerir os meios financeiros que são, em geral, escassos e apoia na análise do risco, principalmente nas decisões relacionadas com estratégias a adoptar, de forma a criar valor para o accionista. Permite, ainda, conjuntamente com as outras DF's entender o motivo de empresas enfrentarem necessidades financeiras, mesmo apresentando um resultado positivo (lucro). A título de exemplo, esta situação pode ser justificada pelo facto de que na demonstração de

resultados não é evidenciado os investimentos em activos necessários ao normal funcionamento da empresa e os investimentos em necessidades de fundo de maneio. (Caldeira, 2008, p. 233).

1.3.2. Notas Anexas ou informações complementares

De acordo com a Plano geral de Contabilidade, (Decreto nº 82/2001 de 16 de Novembro p.112), o anexo é constituído por um conjunto de notas apresentadas por uma determinada ordem, devendo esta demonstração financeira começar por identificar a entidade e o referencial contabilístico utilizado para a preparação das demonstrações financeiras.

De acordo com Caldeira (2008,p. 231). O Anexo é uma demonstração financeira útil para efeitos de análise financeira e tomada de decisões. Serve para complementar as informações proporcionadas pelas DF's, ou então divulgar factos ou situações que não foram apresentados, mas que influenciam ou poderão influenciar a situação financeira da empresa.

1.3.3. Elementos de carácter extra contabilísticos

O objectivo principal do processo de análise das DF's e demais mapas é apoiar a tomada de decisões nas organizações. Assim, para efeitos de análise é preciso conhecer informações de carácter extra contabilísticas e externas a empresa. Estas informações, mesmo não estando sob controlo da empresa, devem ser analisadas juntamente com os elementos de carácter contabilísticos. (Plano geral de Contabilidade Decreto nº 82/2001 de 16 de Novembro pag118). Incluem:

- A Natureza da Actividade da empresa - É um factor fundamental para se apreciar a estrutura financeira da empresa, uma vez que essa estrutura se relaciona com a actividade exercida e depende do sector que a empresa está inserida.
- Inserção no mercado - Deve-se conhecer a quota de mercado da empresa. Identificar sua localização, número de estabelecimentos entre outros aspectos.
- Produtos substitutos ou concorrentes - Devem ser objectos de apreciação cuidada analisando a qualidade, quantidade, aceitação e nível de competitividade.

- Capacidade de Gestão - A estabilidade financeira, muitas vezes, depende da capacidade de gestão. Assim sendo, a capacidade técnica e mesmo a integridade moral dos gestores deve assumir uma grande relevância na análise.
- Natureza jurídica - Deve ser conhecida a natureza jurídica da empresa, para se concluir acerca da responsabilidade dos sócios, ou mesmo da sociedade, no cumprimento de obrigações para com terceiros.
- Funcionamento interno - A empresa é dividida em departamentos. Cada departamento tem a responsabilidade de desempenhar bem as suas funções porque o desempenho individual vai repercutir, em maior ou menor grau, nos outros departamentos.
- Conjuntura económica - A situação da conjuntura económica, tem repercussões mais ou menos profundas na empresa. Factores como inflação, agravamento dos impostos e taxa de juro e restrições a importação, terão influência no nível da estabilidade financeira.
- Enquadramento sectorial - Deve conhecer as empresas concorrentes, a quota de mercado existente e potencial, pontos fortes e pontos fracos da concorrência, capacidade instalada. A Continuidade de uma empresa e sua estabilidade financeira vai, em grande parte, depender do conhecimento que se tem do sector de actividade a que a empresa pertence. (Plano geral de Contabilidade, Decreto nº 82/2001 de 16 de Novembro p.118).

1.4. Métodos e técnicas de análise Económica e financeira

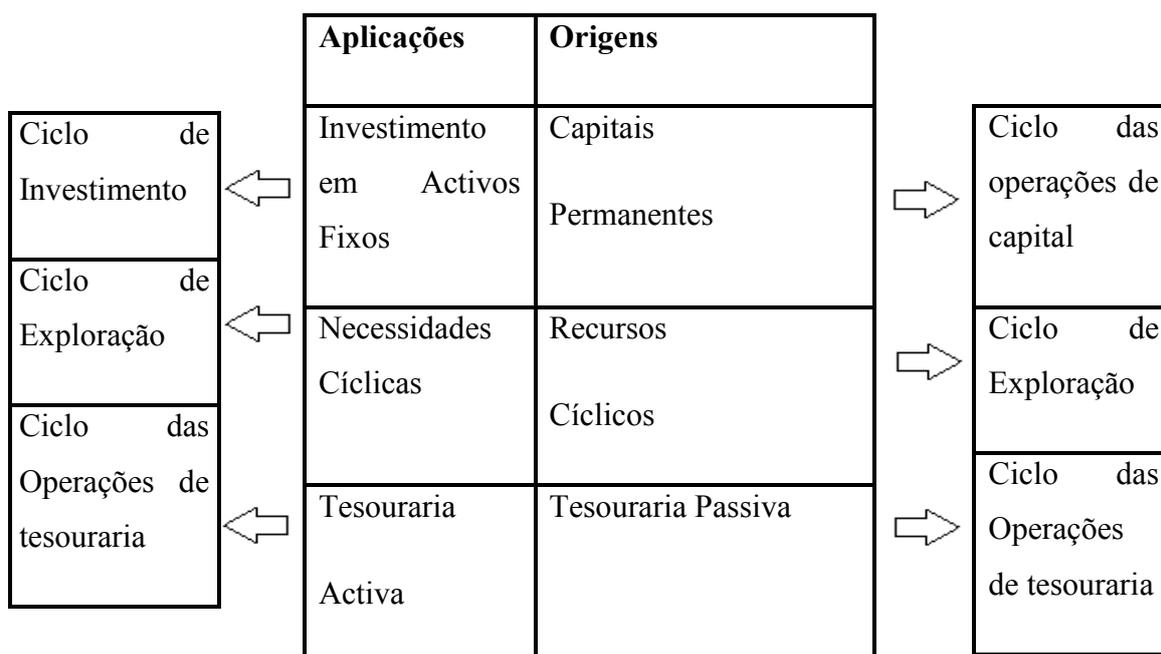
Após preparar as DF's para análise, poderá ser feita uma comparação entre DF's de períodos sucessivos.³ Estabelece-se também, relações entre as diversas rubricas e entre outras grandezas para se² obter os indicadores económico-financeiros e os rácios julgados convenientes. Há um vasto número de indicadores mas, seu uso depende dos objectivos da análise e da natureza dos fenómenos que se pretendem analisar. (Richard *et al* (2010)).

² Convém analisar se as demonstrações financeiras foram elaboradas segundo critérios e princípios contabilísticos consistentes.

1.4.1. O Balanço Funcional (BF)

Segundo Richard *et al*, (2010, pag 82), o Balanço funcional pode ser visto como um método de análise, através do qual se obtém indicadores considerados significativos, como o Fundo de Maneio, Necessidades de Fundo de Maneio e Tesouraria Líquida.

Tabela 4: O Balanço Funcional



Fonte: Richard *et al*, (2010, pag 812),

Para Caiado, (2008, p. 248), o BF é visto como uma “ fotografia” das aplicações de fundos e dos recursos que se relacionam com o ciclo financeiro da empresa e resultam do conjunto das correcções efectuadas no balanço contabilístico. Sua estrutura é baseada nos conceitos de equilíbrio financeiro e ciclos financeiros. O BF, quando elaborado com base na análise de balanços sucessivos permite analisar a evolução nas políticas de investimentos, políticas de financiamento e gestão global do ciclo de exploração. Apesar da sua utilidade na análise financeira, o BF é sujeito a críticas como por exemplo, a dificuldade em reclassificar as rubricas do balanço em função do respectivo ciclo, a obrigatoriedade de se verificar uma relação entre aplicações e origens e a dificuldade em classificar os recursos estáveis, como é o caso dos financiamentos de curto prazo que são renovados constantemente.

Normalmente se elabora, também, um balanço financeiro. A principal diferença entre o Balanço Financeiro e o Balanço Funcional é que, no primeiro as aplicações e origens de fundos estão organizadas em função da liquidez e exigibilidade, levando em conta a natureza das rubricas e as informações extra contabilísticas, enquanto no segundo, as aplicações e origens de fundos se organizam de acordo com os três ciclos financeiros. Trata-se, sem dúvida, de dois instrumentos de extrema importância para a análise financeira.

O Fundo de Maneio (FM)

Para Richard *et al* (2010, pag 817), o FM é um instrumento essencial utilizado na análise da estrutura financeira. Serve para analisar o risco numa perspectiva de curto prazo. Refere a margem de segurança que tem por objectivo reforçar o equilíbrio financeiro e cuja função é atender as necessidades de financiamento do ciclo de exploração. O FM refere, ainda, a parte dos capitais permanentes que não foi absorvido no financiamento do imobilizado líquido e, portanto, aplicado na cobertura parcial ou total das necessidades de financiamento do ciclo de exploração. De uma forma simples, refere a parte dos fundos permanentes que ficam disponíveis para financiar outros investimentos permanentes, que não sejam os investimentos em activos não corrente ou imobilizado. Sua variação depende das decisões tomadas em relação aos investimentos e respectivos financiamentos, políticas de amortização e política de distribuição de dividendos.

Quem faz a gestão de uma empresa, sabe o quão relevante a gestão do fundo de maneio se torna, chegando a ser tão importante quanto a geração de resultados por parte da empresa. Isto acontece porque o fundo de maneio é o principal local onde a empresa se vê geralmente forçada a investir uma grande parte da sua liquidez. As maiorias dos falhanços de empresas dão-se por falta de liquidez e não por insolvência técnica.

O Fundo de Maneio pode ser um instrumento de avaliação do impacto da estratégia financeira sobre o nível de segurança da empresa.

O Fundo de Maneio Funcional é apurado pela diferença entre os capitais permanentes e activo fixo.

Assim:

$$\text{Fundo de Maneio} = \text{Capital Permanente} - \text{Activo Fixo Líquido}$$

Sendo que:

Activo = Passivo + Situação Líquida:

Activo Corrente + Activo Fixo Líquido = Passivo Corrente + Capital Permanente

Activo Corrente – Passivo Corrente = Capital Permanente - Activo Fixo Líquido

Logo, o FM pode ser obtido da seguinte forma:

$$\text{Fundo de Maneio} = \text{Activo Corrente} - \text{Passivo Corrente}$$

Se o FM for positivo, então, parte dos recursos estáveis estão a financiar o ciclo de exploração, evidenciando uma margem de segurança. Caso contrário, se negativo, então, parte dos fundos não estáveis estão a financiar os activos não correntes, o que representa um risco para a empresa. Porém, um FM positivo não representa uma condição necessária e nem suficiente para que haja equilíbrio financeiro. É necessário que o valor do FM esteja adequado às Necessidades de Fundo de Maneio; o Capital Próprio seja maior que o Capital Alheio e os Capitais Permanentes têm que cobrir os activos fixos. Estes são alguns dos princípios orientadores do equilíbrio financeiro.

De referir ainda, que o FM tem uma natureza estática e não leva em conta o princípio de continuidade dos exercícios, segundo o qual uma empresa opera continuamente, com duração ilimitada. Como forma de aumentar o FM, a empresa poderá recorrer ao aumento do Capital Permanente ou redução do Activo Fixo.³

Necessidades de Fundo de Maneio (NFM)

Para Richard (2010 p. 103)''As NFM referem-se as necessidades de financiamento do ciclo de exploração. Ou seja, referem-se as necessidades de meios financeiros para responder as necessidades operacionais do ciclo de exploração que podem ser

³ Estas possibilidades dependem, entre outros factores, da rentabilidade esperada da empresa e, sobretudo, da capacidade de endividamento da empresa. A redução do Activo Fixo pode ser através da alienação de activos fixos tangíveis ou intangíveis que não estão sendo utilizados no ciclo de exploração.

temporárias ou estruturais. É um conceito dinâmico e seu valor depende, em grande parte, da actividade da empresa, natureza da actividade, práticas de gestão do ciclo de exploração, tecnologia utilizada, volume de negócio e, sobretudo, dos prazos médios de recebimento e de pagamento ou políticas internas de créditos e nível médio de duração dos inventários.

As NFM são calculadas através da seguinte fórmula:

$$\text{Necessidades de Fundo de Maneio} = \text{Necessidades Cíclicas} - \text{Recursos Cíclicos}$$

Um valor positivo representa necessidades de financiamento do ciclo de exploração. Um valor negativo representa excedentes financeiros. Quanto menor o nível das NFM, menor será o risco porque a empresa estará a financiar seu ciclo de exploração com capital alheio, sem ter que remunerar esse financiamento. Para reduzir as NFM, a empresa poderá negociar um menor prazo médio de recebimento, um maior prazo médio de pagamento ou, então, adoptar uma menor duração média dos inventários.

As necessidades cíclicas referem-se as necessidades do ciclo de exploração e dependem das políticas operacionais e, sobretudo, do sector de actividade de uma empresa e do seu negócio. Essas necessidades são reflectidas no valor das rubricas do activo relacionadas com o ciclo de exploração e que apresentam um carácter de permanência.

Os recursos cíclicos referem-se aos recursos decorrentes do ciclo de exploração e respectivas políticas e decisões operacionais. Seu valor depende, também, no nível de actividade e do negócio da empresa.

Normalmente, as empresas que apresentam NFM muito elevado têm um ciclo de exploração longo e possuem forte valor acrescentado. Por outro lado, se as NFM apresentarem valores baixos ou negativas, então o ciclo de exploração é curto e apresentam fraco valor acrescentado.

A Tesouraria Líquida (TL)

Segundo Brealey *et al* (2010, p.84). A TL é um instrumento chave para analisar o equilíbrio financeiro de uma empresa. Evidencia a existência ou não de equilíbrio financeiro resultante das políticas estratégicas adoptadas e da política de gestão operacional da empresa. Para que haja equilíbrio, a TL deve apenas financiar as

necessidades temporárias do ciclo de exploração. Deve apresentar um valor igual ou superior a zero. No entanto, se apresentar um valor muito elevado, apesar de evidenciar equilíbrio, não é bom para a empresa porque pode estar a aplicar fundos que não têm uma boa rendibilidade. Convém que este valor seja reduzido porque, nestes casos, apesar de existir alguma dificuldade financeira, a empresa não estará sob risco e poderá recorrer a fontes de financiamentos de curto prazo. Um valor negativo evidencia dificuldades ou mesmo impossibilidade de responder aos compromissos financeiros, de curto prazo. Assim, o gestor terá que recorrer a outras fontes ou meios para assegurar o normal funcionamento da empresa. A TL é dada por uma das seguintes fórmulas:

$$\text{Tesouraria Líquida} = \text{Fundo de Maneio} - \text{Necessidades de Fundo de Maneio}$$

ou

$$\text{Tesouraria Líquida} = \text{Tesouraria Activa} - \text{Tesouraria Passiva}$$

A tesouraria activa diz respeito aos activos correntes que não sejam considerados cíclicos ou com carácter de permanência, resultantes das decisões de carácter financeiro e estratégicos que sejam alheios à exploração. A tesouraria passiva refere aos passivos correntes relacionados com as decisões de financiamentos.

De acordo com os valores destes três indicadores surgem as seguintes situações:

- **FM > 0; NFM > 0; TL > 0:** Trata-se de uma situação financeira normal, com alguma segurança.
- **FM < 0; NFM > 0 e TL < 0:** Trata-se de uma situação delicada, pois os capitais estáveis são insuficientes para financiar as aplicações de investimentos e parte das necessidades resultantes do ciclo de exploração com carácter de permanência.
- **FM > 0; NFM > 0 e TL < 0:** Evidencia desequilíbrio financeiro, muito embora o fundo de maneio seja positivo. A empresa está a financiar parte das necessidades cíclicas com carácter de permanência, com operações de tesouraria.
- **FM > 0; NFM < 0 e TL > 0:** Evidencia uma situação financeira estável. É comum nas empresas com um ciclo de exploração curto. Convém analisar se o valor do fundo de maneio é muito elevado e daí optar por aplicações de capital.

- **FM <0; NFM <0 e TL > 0**: Nesses casos, há um certo risco devido a inexistência de Fundo de Maneio e, portanto, inexistência de uma margem de segurança.

- **FM <0; NFM <0 e TL <0**: É uma situação típica de empresas com um ciclo de exploração longo. Evidencia inexistência de liquidez e segurança.

1.4.2. A Demonstração de Resultados Funcional (DRF)

Assim como o Balanço, também se elabora uma DRF. Para efeitos de análise, convém identificar os custos (gastos) variáveis e os custos (gastos) fixos, de forma a elaborar uma Demonstração de Resultados a custos variáveis. Obviamente, existe certa dificuldade em separar os custos fixos dos custos variáveis, principalmente quando há ausência da contabilidade analítica. A DRF consiste, fundamentalmente, na reestruturação dos rendimentos e gastos, de modo que facilite a análise económica e financeira e, sobretudo, a análise do risco. Ao resultado apurado, deduz-se o efeito fiscal e o impacto da distribuição de dividendos a sócios ou accionistas e as outras distribuições efectuadas, como prémios ou gratificações atribuídas. Feitos estes ajustamentos, encontramos o Resultado Líquido Retido. Stewart *et al* (2007, p. 835).

1.4.3. Método dos Indicadores e dos Rácios

Segundo Jorge (2011, p. 103) o Método dos Rácios é um instrumento de apoio à análise financeira e gestão financeira que permite quantificar e explicar os factos da vida de uma empresa, contribuindo para uma análise objectiva da sua situação económico-financeira num determinado período de tempo. Um rácio é uma relação estabelecida entre grandezas extraídas do Balanço ou da Demonstração de Resultados e que tenham uma relação lógica entre si. Essa relação é expressa em forma de percentagem ou quociente. À partir das demonstrações financeiras ajustadas para análise financeira, estabelece-se relações entre as diversas rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados e entre as grandezas económicas e financeiras, obtendo os indicadores.

Os rácios constituem um importante instrumento de apoio à análise e gestão de empresas, na medida em que permitem sintetizar volumes abundantes de informação e estabelecer uma base de comparação do desempenho económico e financeiro das empresas e a sua evolução no tempo. Sendo utilizados pelos diversos agentes, responsáveis pela gestão, analistas financeiros, bancos, sociedades financeiras entre

outros, ajudam-nos a questionar diversos aspectos e realidades da empresa, muito embora não encerrem em si as respostas que procuramos, pois estas extravasam o campo quantitativo de análise para a perspectiva qualitativa da gestão.

1.4.3.1. Classificações dos Rácios

Pelas pesquisas feitas, constatamos que os rácios são fundamentais para o conhecimento da situação e evolução económico-financeira de uma empresa ao longo dos tempos, servem também para perceber a sua evolução futura. É uma técnica mais utilizada pela análise financeira para sintetizar uma enorme quantidade de informação, e comparar o desempenho económico-financeiro das empresas num determinado período de tempo. (Rodrigues, 2007, p. 294).

Existem muitos rácios que podem ser calculados mas só interessa calcular aqueles que tenham interesse para a análise pretendida, só assim é que terão sentido e serão úteis. Ainda assim, segundo ‘‘Rodrigues, 2007, p. 295’’ é usual classificar os rácios de acordo com a natureza dos fenómenos que estes pretendem revelar:

Rácios financeiros, que apreciam aspectos como a autonomia financeira, capacidade de endividamento e solvabilidade da empresa;

Rácios económicos, que evidenciam aspectos relacionados com a situação da empresa, como a estrutura de custos e de proveitos, as margens e a capacidade de auto financiamento;

Rácios económico-financeiros, que agregam fenómenos mistos, como a rendibilidade de capitais, a rotação do activo e a rotação das vendas;

Rácios de funcionamento, que traduzem a gestão do ciclo de exploração em termos financeiros, dos quais podemos mencionar o prazo médio de recebimentos, o prazo médio de pagamentos ou a duração média de existências;

Rácios técnicos, normalmente expressos em unidades físicas, que abordam áreas como a produção e a actividade da empresa, são exemplos o rendimento do equipamento e a produtividade da mão-de-obra.

Os rácios contêm, como qualquer instrumento de medida, vantagens e desvantagem.

1.4.3.2. Tipos de Rácios

Segundo Lochard (2007) existem diferentes tipos de rácios:

- Rácios de Rendibilidade

Chama-se rácio de rendibilidade ao indicador (expresso em %) da relação entre o resultado (lucro ou prejuízo) e as vendas ou uma grandeza de capital. Este rácio é obtido através da seguinte relação:

$$\text{Rendibilidade Bruta das Vendas} = \frac{M \text{ Brutas}}{Vendaas}$$

- Rentabilidade dos Capitais Próprios

O rácio de Rentabilidade dos Capitais Próprios (RCP), constitui o indicador de rentabilidade mais utilizado pelos analistas financeiros, e é calculado da seguinte forma:

$$\text{RCP} = \frac{R/\text{Líquido}}{C/\text{Próprio}}$$

Em que RL = Resultados Líquidos e CP = Capitais Próprios.

Obs - Este rácio permite aferir a capacidade da empresa em remunerar os seus accionistas/sócios.

- Rentabilidade do Activo

O rácio de Rentabilidade do Activo é um rácio de avaliação do desempenho dos capitais totais investidos na empresa, independentemente da sua origem (próprios ou alheios). Procura relacionar os resultados antes de impostos e encargos financeiros com o activo total da empresa, sendo calculado da seguinte forma:

$$\text{RA} = \text{RO} / \text{A}, \text{ onde RO} = \text{Resultado Operacional e A} = \text{Activo}$$

Obs- Este rácio permite analisar a rendibilidade separadamente das decisões financeiras.

- Rácio de Endividamento

O Rácio de Endividamento mede o montante da dívida em relação ao património líquido da empresa, quanto menor, melhor. Este rácio é obtido através da seguinte relação:

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{Passivo}}{\text{Activo}}$$

- Liquidez geral

A liquidez geral representa os meios para fazer face aos compromissos a Curto Prazo, a capacidade de pagamento a longo prazo, levando em conta o que a empresa converterá em dinheiro, em curto e longo prazo, e relacionando com tudo o que já assumiu como dívida. Este índice é obtido através da seguinte relação:

$$\text{LG} = \frac{\text{Activo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$$

Este rácio de Liquidez irá permitir ao analista de crédito analisar a capacidade de reembolso dos empréstimos para um curto prazo.

- Solvabilidade

A Solvabilidade representa os meios para fazer face aos compromissos a Médio e Longo Prazo (incluindo dívidas e respectivos juros, despesas respectivas a obrigações assumidas ou imperativos económicos e prestações fiscais, parafiscais ou sociais).

Este rácio é obtido através da seguinte relação:

$$\text{Solvabilidade} = \frac{\text{C.Próprio}}{\text{Passivo}}$$

- Rácios de Funcionamento

Estes rácios de funcionamento servem para analisar a eficiência das decisões na gestão de recursos aplicados. Apuram-se consoante a rotação ou em dias de funcionamento.

- Rotação do Activo

Representa o grau de utilização dos activos, sendo que rácios elevados podem indiciar que a empresa está a trabalhar no limite da sua capacidade. O contrário pode indiciar um desaproveitamento de recursos. Este rácio é obtido através da seguinte relação

Rotação do Activo = Volume de negócios / Activo médio

- Rotação das Existências

Este rácio quando elevado é considerado como um sinal de eficiência. No entanto, pode também indiciar rupturas frequentes de stock. Este rácio é obtido através da seguinte relação

Rotação das Existências = Volume de negócios / Existências médias.

1.4.3.3. Vantagens e Desvantagem dos rácios

Segundo Caldeira. (2008), as vantagens e desvantagens dos rácios são:

Vantagens dos rácios

A elaboração do diagnóstico financeiro de uma empresa baseia-se no triângulo da liquidez, estrutura financeira e rentabilidade que tem subjacente os rácios;

- a) Permitem tirar conclusões com base em dados quantificados;
- b) Possibilitam a utilização de grandes quantidades de informação de modo relativamente sintético, simples e objectivo;
- c) Permitem tratar uma amostra constituída por dados de várias empresas num só momento de tempo ou usar dados de uma só empresa reportados a vários anos;
- d) Contribuem para determinar a performance das empresas em termos de rentabilidade, solvabilidade, liquidez e equilíbrio financeiro.

Desvantagens dos rácios

- a) Os rácios financeiros são instrumentos de análise que podem e devem ser complementada por outros; tratam apenas dados quantitativos, não tendo em consideração factores qualitativos como a ética, motivação, etc.
- b) Se tiver havido incorreções ao nível dos Balanços, Demonstrações de Resultados e Anexos, os rácios refletirão essas incorreções;
- c) Em relação a determinados fenómenos, os relatórios financeiros podem não ser a base de dados mais adequada para a sua análise;
- d) As políticas de provisões e de amortizações adotadas pelas empresas podem ser diferentes e conduzir a distorções ao nível dos rácios.

1.4.3.4. Limitações dos Rácios

Carrilho *et al* (2005, p. 80) aborda muito a cerca das limitações dos rácios e fundamenta que :

- a) Os rácios tratam apenas dados quantitativos e deixam de parte factores qualitativos;
- b) Não substituem o papel do analista;
- c) São calculados com base em dados contabilísticos que têm limitações e são passíveis de distorções;
- d) As decisões de curto prazo podem afetar profundamente os documentos financeiros, assim como os rácios que lhe são inerentes;
- e) A comparação de rácios entre empresas do mesmo sector, ou com médias do sector, pode ser incorreta pelas diferenças das práticas contabilísticas das empresas;
- f) Os rácios analisam informações passadas e o analista não deve pressupor que os dados históricos refletem necessariamente a situação corrente ou expectativas futuras.
- g) A contabilidade é feita aos custos históricos, pelo que a inflação verificada na economia afeta de formas diferentes as empresas.

1.4.3.5. Os principais utilizadores e interessados dos rácios na análise financeira

Os principais utilizadores e interessados dos rácios na análise financeira são:

- Investidores; Accionistas; Gestores; Instituições Financeiras; Bolsa de valores e o Fisco. (Medina 2010, p.29).

1.5. Indicadores Baseados no Mercado

Estes rácios são úteis para os investidores, credores da empresa, bem como para a direcção financeira da empresa. Todos os rácios de mercado são muito usados como instrumentos de comparação do valor das empresas. ‘Richard, *et al* (2007)’.

Como exemplos de alguns rácios podemos salientar, entre muitos outros:

Price Earning Ratio (PER) = Preço de cotação/Resultados por acção

Meios L. Líquidos (MLL)= Provisões + Amort + R. Líquidos

Ebtda = P. Operacionais – Custos Variados – C. Pessoal – Out. C. Operacionais.

1.6. Análise Dupont

Para Gomes e Da Silva, (2010, pag 86)’ a análise Dupont é uma técnica que procura analisar a evolução da rentabilidade dos capitais próprios através da decomposição desta em vários factores explicativos. Estes incluem rácios de rentabilidade, de actividade e de autonomia financeira. A análise Dupont assume duas modalidades:

- Análise Sintética

$$RCP = (RL/Vnd).(Vnd/A)/(SL/A)$$

Considera três factores explicativos na formação da rentabilidade dos capitais próprios: a rentabilidade das vendas, a rotatividade das vendas e a autonomia financeira.

Assim, uma empresa pode melhorar a rentabilidade dos seus capitais próprios aumentando qualquer um dos termos do numerador (rentabilidade das vendas ou rotatividade das vendas) ou diminuindo o termo do denominador (autonomia financeira).

- Análise Desenvolvida

$$RCP=(RAIEFRE/Vnd).(Vnd/A).(RAIRE/RAIEFRE).(A/SL).(RAI/RAIRE).(RL/RAI)$$

1.7. Análise financeira (AF)

Para Stewart *et al* (2010, p. 789)''uma empresa pode apresentar uma excelente situação do ponto de vista económico, com elevada participação de capitais próprios e, no entanto, em determinado momento, não dispor de recursos suficientes para cumprir com as suas obrigações.

1.7.1. O ciclo Financeiro da Empresa

Para Rasoto, (2004), O ciclo financeiro abrange, efetivamente, todas as operações efetuadas desde que a empresa adquiriu bens ou serviços com os meios que dispunha, até ao momento que recupera os meios aplicados. As características e natureza dos ciclos financeiros vão determinar o grau de liquidez das aplicações e o grau de exigibilidade das origens. O ciclo Financeiro da empresa subdivide-se, então, em três ciclos:

- O Ciclo de Exploração

Representa as actividades desenvolvidas e decisões tomadas em relação ao consumo de matérias-primas, mão-de-obra e outros fornecimentos que garantem o funcionamento normal da empresa. O conjunto das operações realizadas neste ciclo origina gastos e rendimentos operacionais a constar na Demonstração de Resultados tendo, também, repercussões a nível do Balanço. Podemos falar de ciclo de exploração industrial e ciclo de exploração comercial. A duração do ciclo industrial depende das actividades a realizar, porém, deve ser o mais curto possível porque sua duração terá implicações no nível das necessidades de fundos financeiros e, conseqüentemente, afecta a rentabilidade da empresa.

- O Ciclo de Investimento

Refere-se ao processo de transformação da moeda em activos, esperando um retorno durante vários períodos sucessivos que asseguram o funcionamento da empresa, seu crescimento e desenvolvimento. O conjunto dos activos fixos adquiridos vai suportar o

ciclo de exploração, nomeadamente nas fases de aprovisionamento, produção e comercialização e garantir a subsistência de outros meios técnicos e humanos, necessárias a consecução dos objectivos. Os investimentos e as formas de financiamento ou os desinvestimentos devem ser feitos considerando planos estratégicos das organizações, uma vez que estes terão repercussões ao nível da produção, administração, comercialização, na própria estrutura dos activos e no equilíbrio financeiro estrutural de uma empresa.

- O ciclo das Operações Financeiras

Subdivide-se, por um lado, em ciclo de operações de capital relacionado com as operações de financiamento e, por outro, em ciclo das operações de tesouraria, responsável pela gestão dos meios financeiros. A empresa pode recorrer a operações de capital, ou então a fluxos financeiros autónomos, tendo em vista a obtenção de fundos que se destinam a realização de investimentos ou ao financiamento do ciclo de exploração. Basicamente, as fontes de financiamento constituem-se de acções junto dos sócios proprietários ou accionistas visando a captação de recursos, reinvestimento de lucros oriundos de suas próprias actividades ou ainda captação no mercado financeiro. Estes financiamentos e as formas pelas quais as organizações irão reembolsá-los, deverão estar em harmonia com as actividades geradoras de resultados, a fim de proporcionar um crescimento sustentado e evitar contrair novos financiamentos para cumprir compromissos anteriores.

1.7.2. Estrutura Financeira da Empresa

A estrutura financeira é um dos factores determinantes da rendibilidade dos capitais próprios. É definida pela comparação entre as origens dos capitais e a forma como estes estão sendo aplicados. Esta comparação permite determinar se a estrutura está equilibrada e detetar eventuais insuficiências ou excessos de aplicações de fundos. Dai, surge a **Regra do Equilíbrio Financeiro Mínimo**. Segundo esta regra, as aplicações com grau de liquidez fraco não devem ser financiadas por origens cujo grau de exigibilidade é forte. Assim, este princípio ou regra só se verifica quando o grau de liquidez das aplicações for, pelo menos igual ao grau de exigibilidade das origens. Na prática, quer dizer que não se deve financiar a aquisição de activos fixos, destinados a

permanecer na empresa por um período superior a um ano, com um financiamento que será reembolsado no curto prazo. (Lunelli, 2008)

Tabela 5: Regra do equilíbrio financeiro mínimo

Aplicações de Fundos	Origens de Fundos
Activo Corrente	Passivo Corrente ou Exigível a Curto Prazo
Activo Não Corrente ou Imobilizado Líquido	Capitais Permanentes = Capital Próprio + Passivo Não Corrente ou Exigível a Médio e Longo Prazo

Fonte: (Lunelli, 2008, p. 100)

A regra do equilíbrio financeiro mínimo é satisfeita se houver igualdade entre o activo corrente e o passivo corrente ou, então, entre o activo não corrente líquido e os capitais permanentes. Assim, para que haja equilíbrio os capitais permanentes devem financiar as aplicações de investimentos e uma parte das necessidades do ciclo de exploração que apresentem carácter permanente. A estrutura financeira deve estar equilibrada, de modo a conseguir a estabilidade necessária à obtenção da máxima rentabilidade dos capitais próprios e assegurar a permanência e crescimento de uma empresa.(Richard *et al*, 2010).

1.7.3. Limitações da regra do equilíbrio financeiro mínimo

Caldeira, (2008 p. 406), fundamenta que apesar da sua utilidade a nível da análise financeira, esta regra tem suas limitações. Não leva em conta a velocidade da rotação do activo corrente, ou seja, ignora a rotação de alguns activos correntes, como é o caso do saldo de clientes. A velocidade de rotação desses activos é diferente, ou seja, não há homogeneidade e qualquer perturbação no funcionamento normal da empresa poderá pôr em risco o equilíbrio financeiro. Sendo assim, a regra do equilíbrio financeiro mínimo não permite assegurar o equilíbrio financeiro global da empresa, dado que a simples igualdade entre os activos e passivos correntes não garantem, necessariamente, a inexistência de rotura de tesouraria.

Como forma de superar estas limitações e reforçar o equilíbrio financeiro, surge os conceitos de Fundo de Maneio, Necessidades de Fundo de Maneio e Tesouraria Líquida cujos conteúdos serão abordados mais adiante.

1.7.4. A Análise financeira e a criação de valor para os accionistas

Como mencionado anteriormente, a criação de valor para os accionistas é o principal objectivo da função financeira. Assim, o analista financeiro deve analisar quais os melhores planos estratégicos a adotar para atingir este objectivo. A criação de valor, muito depende da eficácia na gestão dos recursos, da estrutura financeira adotada e da taxa de crescimento e quando atingido, é visto como uma vantagem competitiva sobre as demais empresas concorrentes. O valor de uma empresa pode ser visto segundo varias ópticas ou perspectivas, nomeadamente a perspectiva económica, financeira, de mercado e patrimonial. Dentre estas perspectivas, interessa-nos a financeira ou a potencialidade da empresa criar riquezas e gerar Excedentes Brutos de Exploração. (Richard *et al*, 2010).

Estes dois indicadores para Carrilho (2009,p. 72) são importantes para avaliar a capacidade da empresa gerar excedentes financeiros e criar valores para os accionistas. No entanto, convém salientar que, além dos elementos financeiros, aspectos como as estratégias seguidas por empresas, atratividade das actividades, posição concorrencial e quotas de mercado são factores determinantes no processo de criação de valor para o accionista. Na análise financeira, para se calcular o valor criado é utilizado o método dos rácios, calculando a rendibilidade dos capitais próprios e a rendibilidade do activo total.

O EVA (Economic Value Added), é também um indicador que permite, de uma forma simples e objetiva, determinar até que ponto a empresa criou ou destruiu valor no seu negócio. Representa o valor gerado por um negócio, após remunerar todos os factores afetos e o valor líquido do investimento afeto ao negócio.

O Valor Económico Acrescentado (EVA) pode ser representado pela seguinte fórmula:

$$\text{EVA} = \text{Resultado Operacional} - K\% * \text{Activo Económico} - \text{Imposto Sobre o Rendimento}$$

O AE representa o capital investido e é dado pelo total dos activos fixos tangíveis e os activos fixos intangíveis, deduzido as Necessidades de Fundo de Maneio. O $K\%$ representa uma taxa do custo do capital obtido pela ponderação entre o custo de oportunidade dos capitais próprios e a taxa de juro de mercado. (Ferreira, 2007)

O ROI - Return On Investment (Resultado/Investimento) é um indicador que, também, é muito utilizado para medir o desempenho dos capitais investidos, medir a eficiência de gestão e a capacidade da empresa gerar resultados. Richard *et al* (2007, pag 787).

CAPITULO II – VISÃO GERAL DA METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

2.1. Métodos de Pesquisa

Tendo em conta o objectivo geral deste trabalho, escolheu-se como principal metodologia de pesquisa o Estudo de caso, pesquisas bibliográficas baseada na análise das literaturas já publicadas em forma de livros e informações disponibilizadas na Internet sobre forma de artigos. Deve-se ressaltar que, a metodologia de estudo de caso encontra limitações, uma vez que nem todas empresas se disponibilizam em fornecer informação para a realização do estudo.

Apesar destas limitações, opta-se por esta metodologia, precisamente por ser um método que dá ênfase e exige uma análise profunda à uma determinada situação. Para o presente trabalho considerou-se mais adequado o uso da metodologia de estudo de caso, uma vez que permite a exploração do ambiente, levantando problemas e definir soluções.

Para o cumprimento dos objectivos específicos, utilizou-se um conjunto de **métodos científicos** entre os quais:

2.1.1. Métodos teóricos

A nível teórico esta investigação contou com o emprego dos métodos:

- Análise e sínteses,
- Indução e dedução
- Enfoque em sistema de computalização.

2.1.2. Métodos empíricos

- Métodos estatísticos;
- Observação científica;
- Estudo de Caso;
- Experimento de campo;
- Consulta documental.

Métodos estatísticos: sua aplicação consistiu no processamento dos dados, elaboração de gráficos e tabelas.

Observação científica: esta observação tem como objectivo registar e acumular informações. Deve ser controlada e sistemática.

Estudo de Caso: este método consiste na análise da informação completa sobre uma organização e na sua maneira de agir indefinidamente em determinadas situações. (Aurélio 2010, p.140).

Experimento de Campo: este método consiste na manipulação prévia das variáveis independentes e a investigação, em condições mais controladas. Aurélio (2010, p.141).

Consulta documental: consiste na pesquisa directa de documentos e fontes bibliográficas que servem de suporte para o trabalho.

2.2. Técnicas de pesquisa

As técnicas utilizadas para a pesquisa do presente trabalho são:

- Inquérito;

- Entrevista (com procedimentos interrogativos):

- Aurélio (2010, p.144) define Inquérito como um acto de procurar informação por via de guias sobre um determinado tema a bordar.. Usou-se esta técnica para poder adquirir dados por intermédio de questionário.

- Entrevista: consiste na aplicação de perguntas directas relacionadas ao tema ou seja, trata-se de uma conversa oral entre um emissor e um receptor. Usou-se esta técnica por intermédio de conversas para obter dados reais a cerca do tema em análise.

2.3. Tipos de pesquisa

Para o presente trabalho utilizou-se a pesquisa quantitativa que lida com números e métodos estatísticos para transformar os dados em informação. Fundamentalmente as demonstrações financeiras do Banco Comercial Angolano no período de 2005 para 2012.

2.3.1. Estratégia de investigação

A estratégia adotada para o presente trabalho é o estudo de caso que se realizou com grande profundidade nas demonstrações financeiras do Banco Comercial Angolano.

2.4.1. Amostra

A pesquisa focou na análise das demonstrações financeiras do BCA de 2008 à 2011.

2.4.2. Horizonte Temporal

A Informação contabilística usada para análise deste trabalho teve um horizonte temporal de 4 anos (2008 para 2011) tendo a pesquisa sido realizada durante 8 meses.

2.4.3. Grupo alvo

O grupo alvo discriminado segundo as necessidades do problema são todos os estabelecimentos comerciais. Incluindo o Banco Comercial Angolano a onde foi realizado o estudo de caso, os empresários e os estudantes que queiram aprofundar os seus conhecimentos na área de finanças.

2.4.4. Variáveis de estudo

As variáveis deste estudo são:

- Função financeira;
- Qualidades das decisões tomadas a nível financeiro das empresas e fundamentalmente do Banco Comercial Angolano.
- Indicadores económicos e financeiros.

2.5. Técnicas e Métodos de Análise de Dados

Segundo ‘Ricardo, (2007,p. 789), existem diversas técnicas de análise que são utilizadas em determinadas situações e para cada grupo de informações que se busca nas demonstrações financeiras, e as informações derivadas dessas análises serão utilizadas de acordo com tipo de decisão a ser tomada.

Muitas destas técnicas existentes são muito relevantes, pois são possíveis de serem formuladas, ou seja, trazem informações importantes, quando se tem um grande fluxo financeiro nas organizações.

Os métodos utilizados para análise dos resultados são:

- Métodos de Comparação das Demonstrações Financeiras anuais; Percentagens, números e gráficos.
- Método dos Indicadores e dos Rácios.
- Análise da qualidade dos resultados e do Equilíbrio Financeiro.

CAPITULO III – RESULTADO E DISCUSSÃO DA PESQUISA

”Estudo de caso: Banco Comercial Angolano S.A.”

A empresa sobre a qual incide a pesquisa é o **Banco Comercial Angolano S.A.** Com vista a conhecer os traços importantes e pertinentes do mercado no qual a empresa em estudo se encontra inserida.

3.1. Apresentação e Caracterização da Empresa

O Banco Comercial Angolano - BCA, Sociedade Anónima de responsabilidade limitada, é um banco de capitais privados de residentes nacionais, com sede em Luanda. Foi criado no dia 3 de Março de 1997, tendo iniciado as suas actividades 23 de Março de 1999.

3.2. Análise Económica e Financeira do Banco Comercial Angolano

3.2.1. Situação Financeira – Balanço Funcional

- Análise do Fundo de Maneio

Os Capitais Próprios do Banco Comercial Angolano apresentam valores positivos e crescentes, ao longo dos 4 anos, tendo crescido 21,6% de 2008 para 2009 e 23,59% de 2009 para 2010 e 24,18 de 2010 para 2011. Dentro da rubrica do Capital Próprio, é de destacar a estabilidade das Reservas actualizadas monetárias do capital social , tendo registado uma estabilidade absoluta na ordem de 82579 milhares de kwanzas de 2008, 2009, 2010 e 2011. E apresenta ainda dentro desta mesma rubrica de fundo próprio resultado do exercício crescentes desde 2008 para 2011 numa média de cerca de 50,97%.

O Exigível a curto e médio prazo ou Capital alheio estável (passivo não corrente) diminuiu significativamente de 2008 para 2009, tendo ocorrido uma evolução ligeira ao longo dos anos 2010 para 2011. Esta situação é favorável à empresa porque evidencia uma diminuição da dependência perante terceiros, ou seja, a empresa tem diminuído o financiamento por capitais alheios de curto e médio prazo.

Os Capitais Permanentes (Capitais Próprios mais o Passivo Não Corrente) apresentam, ao longo do período em análise, uma tendência de diminuição significativa e que se deve, sobretudo, à redução do passivo não corrente isto foi entre o ano 2008 para o ano

2009, e a partir deste período foi evoluindo em cerca de 35,56%. O Banco Comercial Angolano tem optado por outras formas de financiamento que não seja o recurso ao financiamento por capitais alheios. Isso contribui, positivamente, para o equilíbrio financeiro da empresa, pois, o recurso indiscriminado a financiamentos por capitais alheios aumenta o risco financeiro e, portanto, resulta na perda da autonomia. A empresa tem dado uma atenção especial às políticas e limites do endividamento.

O Activo Fixo (Activo Não Corrente) apresenta valores positivos ao longo dos quatro anos de análise, tendo crescido 5,49% de 2008 para 2009, 33,29% de 2009 para 2010 e 45,8% de 2010 para 2011. O crescimento do Activo Fixo na estrutura do activo da empresa deve-se ao grande investimento realizado nos anos de 2010 e 2011, que também teve implicações na rubrica “Financiamentos Obtidos” nestes mesmos anos.

Da diferença entre os Capitais Permanentes e o Activo Fixo, obtemos o Fundo de Maneio que representa a parte do Capital Permanente que não foi absorvido no financiamento do Activo Fixo e, conseqüentemente, está aplicado na cobertura, parcial ou total, das necessidades de financiamento do ciclo de exploração.

O Fundo de Maneio é positivo nos quatro anos em análise, tendo existido um decréscimo desfavorável, entre o ano 2008 para 2009 de 48%, apesar de existir uma ligeira tendência para melhorar para os anos subsequentes 2010 e 2011. Deste ponto de vista, a situação financeira nos quatro anos é, em termos de equilíbrio financeiro, bastante delicada e merece um tratamento cuidadoso, pois poderá ter um efeito adverso no equilíbrio financeiro da empresa.

FM > 0 → Existe uma parte de fundos que financiam o ciclo de exploração; os recursos estáveis são suficientes para financiar os activos fixos.

- Análise das Necessidades de Fundo de Maneio

- Necessidades cíclicas

Ao longo dos quatro anos, a empresa apresenta Necessidades Cíclicas decrescentes. Situou a volta dos 5.524.855 milhares de kwanzas em 2008, 4.978.465 milhares de kwanzas em 2009, 5.186.440 em 2010 e 4.340.074 milhares de kwanzas no ano de 2011. Em termos percentuais, correspondem a 9,89% de 2008 para 2009, 4,177% de 2009 para 2010, contra 16,319% de 2010 para 2011. Esta variação para menos de 2008

para 2009, poderá ser resultante da fraca evolução da própria actividade da empresa no mesmo sentido. Como se pode ver, através do balanço funcional elaborado, houve um decréscimo significativo nos serviços prestados pela empresa em termos de outros devedores de exploração (outros activos). Essa variação na actividade da empresa poderá justificar a diminuição verificada, de ano para ano, nas necessidades cíclicas.

Dentro das necessidades cíclicas é relevante falar sobre os clientes no balanço funcional (créditos sobre os clientes no balanço contabilístico) e seu decréscimo verificado ao longo dos anos em análise. Verifica-se uma diminuição em 5,58% de 2008 para 2009, 1,7% de 2009 para 2010 e 14,677% para o ano seguinte. Esta variação pode estar intimamente relacionada com a concessão de crédito por parte do banco. Tal facto comprova que o Banco Comercial Angolano tem adoptado uma política de cobrança bastante eficaz em termos de créditos aos seus clientes. Desta forma, a empresa tem garantido uma elevada rotação do activo e tem mobilizado em créditos a menor quantidade possível do seu fundo fundos.

- Recursos cíclicos

Os recursos cíclicos apresentam valores positivos e crescentes nos quatro anos em análise. Esta evolução pode ser considerada normal, uma vez que está em conformidade com o nível de actividade da empresa, ou seja, o aumento do nível de actividade da empresa pode implicar um aumento dos recursos e das necessidades cíclicas. Dentro dos recursos cíclicos destaca-se os aumentos registados na rubrica fornecedores que, também, podem estar directamente relacionados com o aumento do nível de actividade.

De realçar ainda, que a empresa desenvolve uma política de boa pagadora. Prova disso é o valor relativamente baixo da rubrica fornecedores, quando comparado com o nível dos gastos das demonstrações de resultados em anexo. O Banco Comercial Angolano não é devedor de qualquer instituição do sector público estatal, facto pelo qual a rubrica estado e outros entes públicos apresentam resultados nulos no balanço funcional em anexo.

Dentro dos recursos cíclicos é relevante falar sobre a evolução verificada ao longo da rubrica Outro Credores de Exploração no balanço funcional (outras obrigações ou outros passivos no balanço contabilístico). Verificou-se uma evolução considerável ao longo dos períodos em análise, isto nos leva a fundamentar que o banco ao longo dos

anos 2008 para o ano 2011 conseguiu dar créditos aos clientes e cumprir com o princípio multiplicação de valores para a economia nacional.

Da diferença entre Necessidades Cíclicas e Recursos Cíclicos, obtemos **Necessidades de Fundo de Maneio**, um indicador importante do ciclo de exploração e que apresentou valores positivos indicando que a empresa em análise tem necessitado financiar o seu ciclo de exploração. Verificou-se um decréscimo das necessidades em fundo de maneio durante os anos em análise. Foram apurados os seguintes valores: 5.387.622 milhares de kwanzas em 2008, 4.745.568 milhares de kwanzas em 2009, 4.683.338 milhares de kwanzas em 2010 e 3.835.152 milhares de kwanzas 2011.

NFM > 0 → A empresa tem de conseguir recursos cíclicos para fazer face as necessidades cíclicas.

FM < 0 → Os recursos estáveis não são suficientes face as necessidades de financiamento dos activos fixos. (O capital permanente não consegue financiar os activos fixos). Torna-se um factor de risco.

3.3. Análise da Tesouraria

- Tesouraria Activa

O Banco Comercial Angolano apresenta níveis de Tesouraria Activa positivas e crescentes nos quatro anos em análise. Em 2008 apresentou valores à volta de 14.711.643 milhares de kwanzas, 15.935.049 milhares de kwanzas em 2009, 16.865.584 milhares de kwanzas em 2010 e 30.060.350 milhares de kwanzas em 2011. Esta evolução deve-se sobretudo, ao aumento significativo verificada na rubrica caixa e disponibilidades no banco central (depósitos ao banco central).

Verifica-se, uma variação percentual positiva em cerca de 33,69% de 2008 para 2009, 29,43% de 2009 para 2010 e 37,2% de 2010 para o ano 2011. Dentro da Tesouraria Activa, há que destacar também os valores bastante significativos da conta de Disponibilidade sobre Instituições de Créditos que a pesar do seu declínio no período entre 2008 à 2010, houve uma evolução significativa no ano subsequente de cerca de 69,28% acima da média. É aconselhável uma análise periódica dos rendimentos obtidos, face a outras aplicações possíveis para se concluir acerca de possíveis aplicações mais rentáveis.

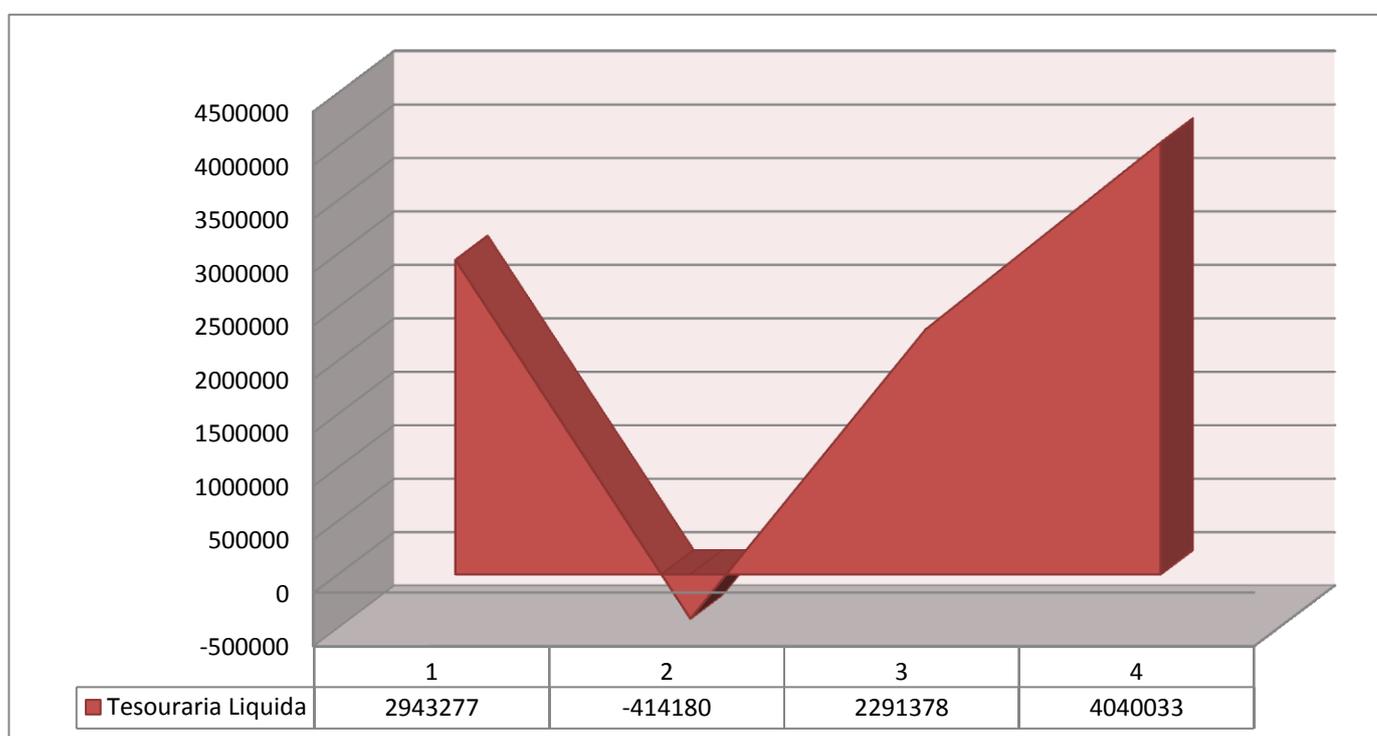
- Tesouraria Passiva

A Tesouraria Passiva apresentou valores sempre crescentes, de 2008 para 2009 e tendo existido um decréscimo nos anos de 2009 para 2010 devido a redução significativa da rubrica Recursos de outras entidades /Obrigações nos sistemas de pagamentos; e sendo que a mesma rubrica voltou a crescer no ano seguinte isto é em 2011.

- Tesouraria Líquida

Da diferença entre a Tesouraria Activa e a Tesouraria Passiva, obtemos a Tesouraria Líquida que apresenta valor negativo no ano 2009 e uma crescente evolução ao longo dos dois últimos anos de análise.

Gráfico 1: Tesouraria Líquida do BCA (Em milhões de kwanzas)



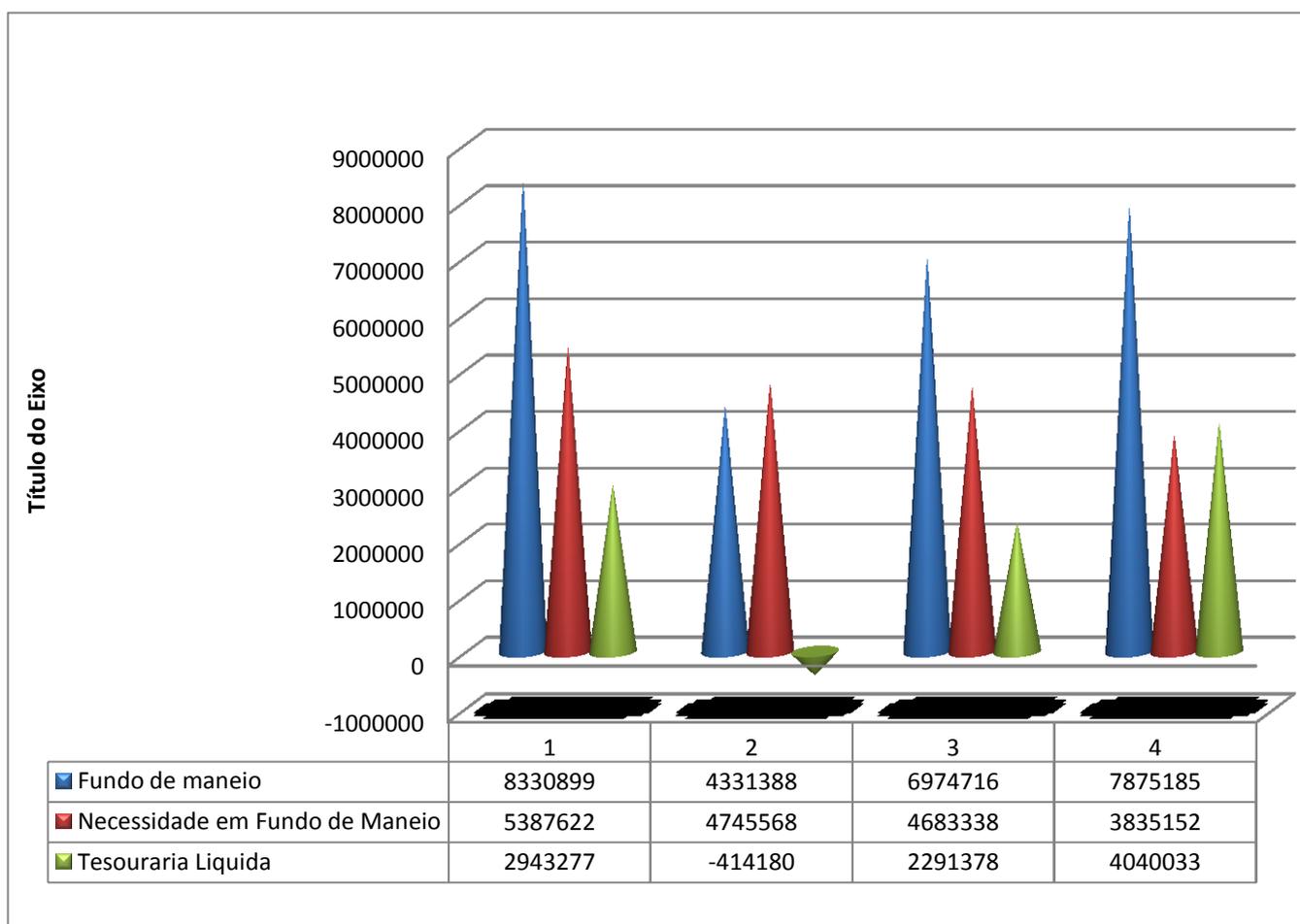
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do balanço funcional

No ano de 2009, verificou-se uma tesouraria negativa ao longo do seu balanço funcional de cerca de (414180) milhões de kwanzas, valor este que do ponto de vista financeiro representa um desequilíbrio de curto prazo em que a empresa se encontrava. Isto quer dizer que, no ano de 2009, o fundo de maneio foi menor que as necessidades de fundo de maneio, ou seja, o fundo de maneio não foi suficiente, para cobrir as necessidades de exploração. Esta situação representa dificuldades, ou mesmo

impossibilidade, da empresa cumprir com os seus compromissos financeiros no curto prazo. Assim, o gestor terá que recorrer a outras fontes ou meios para assegurar o normal funcionamento da empresa.

A regra do equilíbrio financeiro pressupõe que a Tesouraria Líquida tenda para zero (0). Já no decorrer dos anos de 2010 para o ano de 2011, verificou-se uma melhoria substancial. Tal facto deveu-se ao aumento do Fundo de Maneio, mais precisamente, o aumento do Capital Permanente que consubstancia-se no aumento do Capital Próprio e no aumento dos depósitos a prazo/recursos a instituição de credito a prazo que constituem o capital permanente estável. Desta feita, e necessário ter sempre em conta o fundo de maneio que a empresa tem face às suas necessidades de fundo de maneio, de forma a melhorar o equilíbrio à curto prazo.

Gráfico 2: Situação Financeira do BCA (Em milhões de kwanzas)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do balanço funcional

3.4. Situação Económica – Demonstração de Resultados Funcional

Sendo a demonstração de resultado, um mapa que reflete os gastos e rendimentos de um determinado período, normalmente um ano, a comparação entre os gastos e rendimentos dá origem a um resultado positivo ou negativo (lucro ou prejuízo).

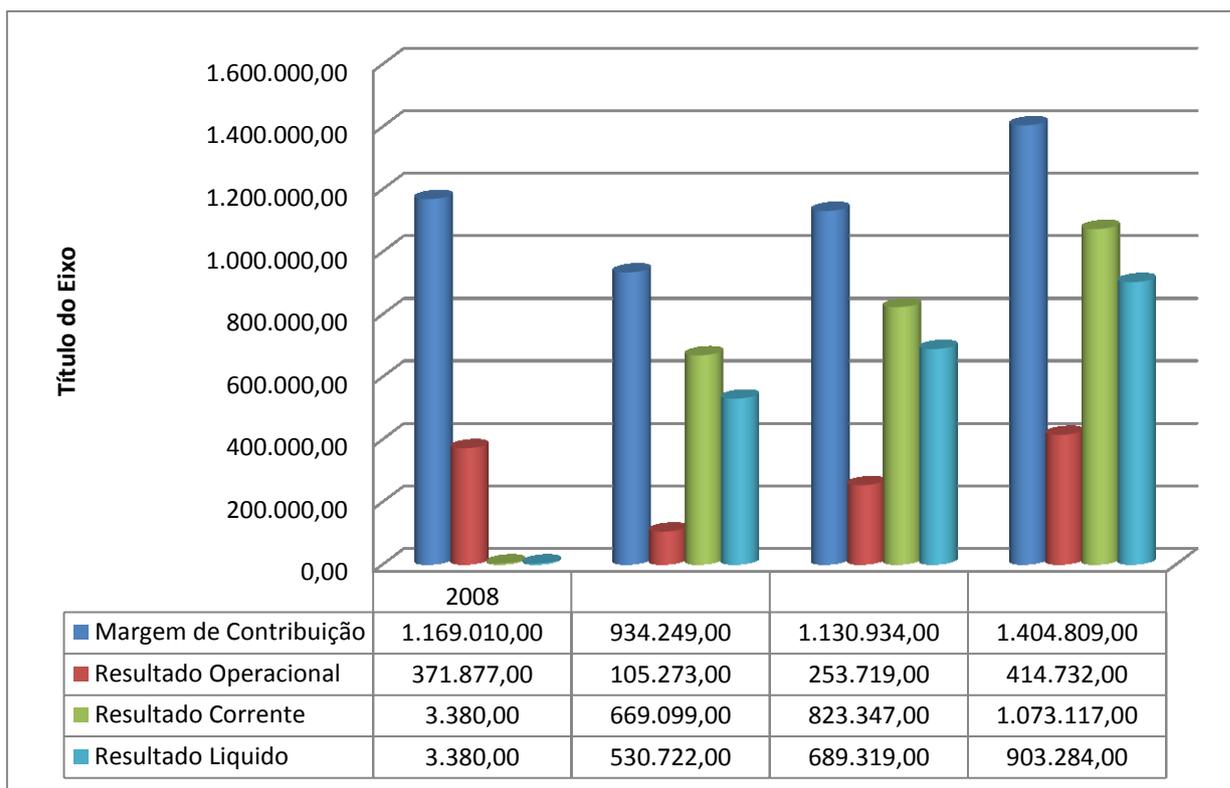
Do ponto de vista económico é notório a melhoria dos resultados ao longo dos quatro anos em análise. O Banco Comercial Angolano, tem como principal fonte de receita, os juros e proveitos equiparados resultantes das aplicações de créditos internos, juros aplicados em instituição de crédito no estrangeiro e no país, juros de mora, títulos e juros devedores de outras aplicações.

Tal como foi referido anteriormente, é possível verificar uma redução do nível de actividade da empresa, isto é de 2008 para o ano de 2009 e um crescimento suave nos seguintes. O nível de actividade diminuiu de 2.652.947 milhares de kwanzas em 2008 para 1.140.166 milhares de kwanzas em 2009 e um crescimento suave de 1.348.982 milhares de kwanzas em 2010 para 1.634.854 milhares de kwanzas em 2011.

Os custos fixos desembolsáveis apresentaram um aumento significativo de 2008 para 2009, o que evidencia a necessidade da empresa melhorar a sua estrutura de custos. A rubrica Despesas com o Pessoal, tem aumentado ao longo dos anos, isto significa que a empresa valoriza o seu pessoal.

Os Resultados Líquidos foram positivos e crescentes durante o período em análise, isto significa que a empresa está a criar valores para os seus sócios ou accionistas.

Gráfico 3: Situação Económica do BCA (Em milhões de kz)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da demonstração funcional do BCA 2008/2011

3.4.1. Análise dos Rácios e Indicadores

Para melhor entendermos a análise anteriormente feita, calculamos alguns rácios e indicadores que consideramos relevantes para a compreensão da situação económica e financeira do Banco Comercial Angolano, estes podem ser consultados nos anexos.

- Rácios Económicos

Dentro dos rácios económicos, destaca-se o aumento no valor dos Meios Libertos líquidos anuais retidos (Auto financiamento). Este aumento evidencia a existência de excedentes financeiros gerados pela actividade da empresa, que não foram absorvidos pelos custos desembolsáveis anuais. Este aumento deve-se ao aumento da actividade e redução de alguns custos.

- Rácios Financeiros

O Rácio de Solvabilidade tem evoluído de forma satisfatória ao longo dos quatro anos em análise. Apresenta valores superiores a 0,1 (valor padrão), confirmando a boa capacidade financeira da empresa em solver seus compromissos. Seu valor aproxima-se a 0,5, indicando boa capacidade da empresa em fazer face a compromissos de longo prazo.

Se $S > 0,1$, o valor do património da empresa é suficiente para cumprir com as suas obrigações. Se $S < 0,1$, a empresa não terá capacidades para responder a suas obrigações, com os meios próprios de que dispõe.

O Rácio da Autonomia financeira apresenta, ao longo dos quatro anos, valores entre os 26,97%, o que significa que a empresa vem diminuindo sua dependência perante terceiros, situação que, para além de reduzir os riscos inerentes ao financiamento por capitais alheios, (risco de insolvência), é normalmente vantajosa, quando a empresa tiver necessidades de negociar novos financiamentos ou alterar os planos de amortização em vigor. Esta situação é também evidenciada pelos Rácios de Endividamento, Rácio Debt to Equity e pelo Rácio de Cobertura dos Encargos Financeiros, indicando que a empresa tem feito esforços, no sentido de diminuir o nível de financiamento por capitais alheios.

O peso dos capitais alheios de curto prazo no endividamento tem aumentado, evidenciando a situação de dificuldades de liquidez a curto prazo ou desequilíbrio financeiro, anteriormente mencionada.

O Rácio de endividamento tem diminuído ao longo dos anos isto é de 8,79 em 2008 para 7,14 em 2009, 6,03 em 2010 e um crescimento de 7,8 em 2011. Isto indica a importância dos capitais alheios no financiamento da empresa. Também se designa por “*Debt to equity ratio*”, dado pelo quociente entre os capitais alheios e os capitais próprios .

- Indicadores de Risco

Ponto Critico este evidencia o nível de actividade necessária para cobrir os custos operacionais, ou o volume de negócios necessário, para que os resultados operacionais sejam nulos. Nesta óptica tendo em conta os números em anexo o seu cálculo apresenta

valores crescentes de 1,13% em 2008 para 1,33% em 2009 e decrescente de 1,08 em 2010 para 1,06% em 2011.

Trata-se de um indicador que perdeu sua relevância, como instrumento de análise financeira, porque assume que há estabilidade, quer a nível da estrutura de custos como a nível das margens brutas.

Grau de Alavanca Operacional

O Grau de Alavanca Operacional no ano 2008 foi de 3,14%, o que significa que uma variação percentual (1%) no volume de negócios resultaria numa variação de cerca de 3,14% nos Resultados Operacionais. O Grau de alavanca Operacional diminuiu de 2009 para 2010 e de 2010 para 2011 consideravelmente, o que denota uma diminuição da incerteza quanto aos resultados, ou seja, o risco diminuiu.

Este rácio, evidencia o peso dos custos fixos na estrutura dos custos operacionais. Mede o número de vezes que um aumento no volume de negócios, fará aumentar os resultados operacionais da empresa. Quanto maior o seu valor, maior o risco, porque os custos fixos estarão a absorver grande parte da margem bruta. Uma variação nas vendas terá um impacto, mais do que proporcional, nos resultados operacionais.

Grau de Alavanca Financeira

Este rácio mede o impacto do endividamento no resultado financeiro das empresas.

O Grau de Alavanca Financeira em 2008 foi de 12,24% em 2008, o que significa que uma variação de 1% no volume de negócios corresponde a uma variação de 12,24% nos Resultados Correntes. Este indicador foi oscilando ao longo do período ora analisado de 0,15% em 2009 para 0,31% em 2010 tendo oscilado no ano 2011 em cerca de 0,08%.

Grau de Alavanca Combinada

O Grau de Alavanca Combinada mede a sensibilidade do resultado corrente face as variações do volume de negócios. É um indicador do risco global. Indica o peso dos custos fixos operacionais e dos custos financeiros sobre os resultados correntes. Indica a capacidade da empresa em usar custos fixos, tanto operacionais como financeiros, para aumentar o efeito da variação das vendas no lucro.

O Grau de alavanca Combinada aumentou de 1,33% em 2009 para 1,35 em 2010 e diminuiu em cerca de 1,32% em 2011, o que denota uma diminuição da incerteza quanto aos resultados.

- Indicadores de Rendibilidade

Para analisarmos a rendibilidade, baseamos em dois indicadores considerados mais relevantes: Rendibilidade dos Capitais Próprios e Efeito do custo Fixo.

A Rendibilidade dos Capitais Próprios apresenta valores bastante satisfatórios, rondando os 15,54% em média no decorrer dos anos em análise. O que nos leva a concluir que a empresa tem uma boa performance económica. O Efeito de Alavanca Financeiro apresenta valores iguais e superiores a um ao longo dos quatro anos, situação que denota que apesar de a empresa ser financiada por capitais alheios, ainda assim há um incremento na rendibilidade dos capitais investidos, o que é favorável à criação de valor para o accionista.

O Efeito do custo Fixo indica o peso dos custos fixos na estrutura de custos de uma empresa, ou a margem bruta absorvida pelos custos fixos.

Durante o período em análise verificou-se uma oscilação com tendências a unidade de 0,32 em 2008; 0,11 em 2009, 0,22 em 2010 e 0.29 em 2011. Se seu valor aproximar da unidade, o risco económico é reduzido uma vez que o peso dos custos fixos é reduzido. Um valor negativo quer dizer que a margem bruta é suficiente para cobrir os custos fixos.

- Indicadores de Funcionamento

Os vários rácios de funcionamento justificam a boa performance operacional da empresa. Tanto a política de obtenção como a política de cedência de créditos tem sido bem executada, tendo em conta os valores relativamente baixos envolvidos nas contas de Clientes e Fornecedores. Esta apreciação pode ser complementada pela análise dos Prazos Médios de Recebimento e dos Prazos Médios de Pagamento, sendo o facto já bastante positivo para qualquer empresa, receber mais rapidamente do que pagar.

O Prazo Médio de Recebimento situa a volta de uma média de 37,8%. Isto Indica o tempo em média que a empresa leva, para receber os depósitos quer a vista ou os depósitos a prazos dos clientes. Permite ainda analisar, se os objectivos previamente fixados, em relação a política de créditos concedidos, foram ou não atingidos. Não há um valor ideal para este rácio. Pode depender das práticas comerciais das empresas concorrentes. Contudo, do ponto de vista financeiro, o PMR deverá ser o mais curto possível.

Já o Prazo Médio de Pagamento foi oscilando ao longo dos períodos é em média, de 2,02. Conhecendo seu valor, será possível negociar com os fornecedores eventuais

aumentos de PMR, ou então optar pelo pronto pagamento e beneficiar dos descontos. Relacionando o PMR com o PMP, poderemos determinar as necessidades de financiamento e a forma de resolver desequilíbrios existentes, principalmente à nível de liquidez, ou seja, determinar que políticas financeiras adotar, no curto prazo.

O Efeito dos Resultado Financeiro ou dos encargos financeiros é um indicador cuja análise depende do valor do Resultado Operacional. Se o Resultado operacional for positivo, então, um valor negativo indica que os resultados operacionais, não são suficientes para cobrir os encargos financeiros. Um valor próximo da unidade indica um fraco impacto dos resultados financeiros. Se seu valor próximo de zero evidencia que o resultado operacional é absorvido em grande parte pelos encargos financeiros.

Desta feita os efeito dos resultados financeiro do BCA no ano de 2008 esteve próximos da unidade isto indicou um fraco impacto dos resultados financeiros. Já de 2009 para 2011 ouve um decrescimento de 4,56% em 2009 para 2,59% em 2011.

- A **Estrutura Financeira** do BCA, apresenta valores decrescentes de 2008 para 2010 e crescente em 2011 isto indica o financiamento por capitais alheios. Quanto maior for o financiamento por capitais alheios, maior será o valor deste indicador.

- O **Efeito de Alavanca Financeira** evidencia o impacto do endividamento na rendibilidade dos capitais próprios ou seja, indica se o endividamento é ou não favorável a rendibilidade. Um valor superior a unidade indica que o endividamento é favorável desta feita o endividamento do Banco Comercial angolano em 2008 não foi favorável porque da conjugação dos rácios resultou um efeito de alavanca financeira inferior a 1. Já de 2009 para 2011 o endividamento já foi favorável porque da conjugação dos rácios resultou um efeito de alavanca financeira superior a unidade, Isto é 36,24% para o ano de 2009, 22,78% para 2010 e 22,79% para o ano de 2011.

Efeito Fiscal

- O **Efeito Fiscal** é um indicador que também deve ser analisado em função do resultado positivo ou negativo do RAI. Mede o peso da tributação sobre o resultado. Neste caso, o BCA apresenta valores próximo da unidade, isto indica a fraca expressão do peso da tributação sobre o rendimento.

CONCLUSÃO

Em suma, partindo do objectivo primordial deste trabalho, constatou-se que a análise económica e financeira é, sem dúvida, um importante instrumento de apoio ao processo decisório, tanto para os gestores como também, para os utentes externos. É importante ressaltar que em termos conceituais, a visão obtida da análise económica e financeira, contribui para o aprimoramento do processo de gestão financeira, que na actualidade é de significativa relevância para as empresas.

- De acordo com os elementos já apresentados, pode-se concluir que a estrutura patrimonial e financeira do Banco Comercial Angolano é relativamente estável ainda que de maneira pouco expressiva, evoluiu favoravelmente ao longo dos quatro anos em análise. No curto prazo, a situação é favorável mas, a empresa conheceu melhorias muito significativas que se mostraram suficientes para se atingir resultados desejados (Liquidez Geral). No médio e longo prazo, a situação financeira da empresa em estudo também é estável e relativamente sólida, tendo evoluído de forma satisfatória durante o período em análise (Rácio médio de Autonomia Financeira de 26,97%, e de Solvabilidade de superiores a 0,1%).

- É de realçar que o Endividamento dos clientes para com o banco a curto prazo apresenta valores que são considerados baixos, na medida em que o rácio médio do endividamento é de 7,44%, contra os 50% recomendados.

- No decorrer da pesquisa constatou-se que a empresa em análise não presta determinados serviços como: Emissão Cartão Visa BCA.

Constatou-se ainda que com base numa análise económica e financeira, baseada em informações financeiras, úteis e credíveis, é possível conhecer a real situação de uma empresa e determinar tendências futuras. Com base nesta análise, determinou-se medida a adotar para atingir o equilíbrio financeiro mais credível e garantir a estabilidade necessária a obtenção da máxima rentabilidade dos capitais próprios ao mesmo tempo, assegurar a permanência e crescimento da empresa no mercado.

Por tanto, neste trabalho procurou-se, conhecer a importância da análise económica e financeira como instrumento de apoio ao processo decisório das empresas. Concluindo esta pesquisa, pode-se afirmar que os objectivos foram atingidos e encontrou-se

respostas das perguntas que orientaram esta pesquisa. Realmente, através de uma análise económica e financeira, pode-se diagnosticar a evolução económica e financeira de uma empresa, conhecer a situação actual e propor eventuais medidas corretivas, com vista a evitar uma possível falência.

Desta feita considera-se que, o objectivo principal foi atendido, muito embora, encontrou-se algumas limitações, em termos de informações da empresa em estudo e de certas bibliografias atualizadas e disponíveis.

Fica a referência de que, no estudo realizado concluiu-se que o tema já foi discutido em várias situações como artigos científicos, monografias, dissertações, teses e livros. Mas em virtude da complexidade, importância e utilidade prática da análise económica e financeira para as empresas nos dias actuais, acredita-se que é um tema que merece uma atenção especial. Assim, espera-se que os resultados obtidos refletem a validade deste estudo e que o mesmo produz reflexo em termos académicos e profissionais e que seja útil para todos aqueles que desejam aprofundar seus conhecimentos relacionados com a temática da análise económica e financeira.

Cabe no entanto salientar que muito tinha a se fazer, para melhor aprofundar este tema, mas devido as limitações, anteriormente elencadas, não foi possível mais.

RECOMENDAÇÕES

Contudo, detetou-se ao longo da análise alguns aspectos que merecem consideração. Diante dos problemas, sugeriu-se algumas formas de mudanças e de viabilidade dos mesmos.

1. Perante a evolução positiva, recomenda-se o aumento dos capitais próprios que poderá garantir uma estrutura financeira não só equilibrada mais também correta. Contudo o recurso ao aumento do capital social para 45% do capital permanente, poderá contribuir mais rapidamente para o equilíbrio financeiro obrigando a substituição de parte do Passivo por Capital Próprio.

2. Deixa-se uma alerta para o facto de que, apesar do Endividamento apresentar valores que são considerados aceitáveis; ainda são baixos, na medida em que o rácio médio do endividamento é de 7,44%, contra os 50% recomendados. Sem olvidar que o recurso ao endividamento, só aumenta a rendibilidade do capital próprio, se a rendibilidade do activo for superior ao custo do capital alheio.

3. Aumentar o volume da actividade. No entanto, este aumento poderá exigir investimentos apreciáveis quer no capital fixo, quer no capital circulante. O financiamento fundamentalmente na base dos capitais alheios, originaria encargos financeiros que poderiam absorver o incremento dos meios libertos gerados pelos novos investimentos. Então, a empresa poderia recorrer ao aumento do capital social e assim realizar novos investimentos.

4. Melhorar a gestão dos seus custos de forma a contribuir para uma maior poupança económica. Se esta redução for acompanhada com um aumento da margem bruta, a empresa poderia reduzir o valor do Ponto Crítico. Assim, aumentaria sua capacidade de obtenção de uma Margem de segurança mais elevada, o que reduziria ainda mais o grau de risco.

BIBLIOGRAFIA

- Referências bibliográficas

- ALMEIDA, R.M.P; (2008) – *O Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro - SNCRF- de Cabo Verde*. Editor: ATF – Edições Técnicas. Execução Gráfica: Fábrica das Letras, Lda. Depósito Legal: 303994/09.
- BORGES, A.; RODRIGUES A; MORGADO J. (2004) – *Contabilidade e Finanças para a Gestão*. 2ª Edição. Lisboa: Artes Gráficas, Lda. ISBN 972-8472-70-6.
- BORGES, S. (2008) – *Instrumentos de Gestão Financeira*. 4ª Edição. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- CALDEIRA, H. M. (2011) *Princípios de Gestão Financeira* 11º edição, fundamento editores Lisboa: Universidade Lusíada Editora. ISBN 972-23-143-3.
- CAMPOS, B. (2010) – *Análise e Gestão Financeira de Curto Prazo*. 1ª Edição. Lisboa: Editora Vulgata. ISBN 972-8427-01-08.
- CAIADO, P. (2008) – *Metodologia de Elaboração dos Fluxos de Caixa*. Lisboa: Áreas Editora. ISBN 972-8472-71-4.
- CARRILHO, J.M; PIMENTEL, L.V; LAUREANO, L; PRATES, M.L (2005) – *Elementos de Análise Financeira: Casos Práticos*. Lisboa: Publisher Team. ISBN 989-601-027-7.
- DAS NEVES, J.C. (2011) - *Análise Financeira: Técnicas Fundamentais*. 17ª Triagem. Portugal: Textos Editora, Lda. ISBN 972-47-2597-9.
- DA SILVA, V. P.G.; (2009) - *Gestão Financeira: Caderno de Apoio*. Lisboa: Gráfica de Coimbra. Universidade Aberta. ISBN 972-674-201-3.
- GERARD, J. (2011) – *Gestão Financeira com exercícios*. Biblioteca de Economia. 1ª Edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote. ISN 972-20-1010-7.

- JORGE R. (2011) – *Análise Económica e Financeira*. 3ª Edição. Lisboa – Porto - Coimbra: Lidel - Edições técnicas, Lda. ISBN-10 972-757-399-1.
- LAUZEL, G. (2009) – *A contabilidade da Empresa: Descobrir os Segredos da Contabilidade para Conhecer melhor a Empresa*. Publicações Europa- América, Lda. ISBN: 972-1-03775-3. - LOCHARD, J (2007) – *Os Rácios Essenciais* . Lisboa: Bertrand Editora, Lda. Tradução de Manuela Manta. ISBN 972-25-1306-0.
- NABAIS, C. (2009) - *Prática Financeira II: Gestão Financeira*. 3ª Edição. Lisboa – Porto - Coimbra: Edições técnicas Lda. ISBN 978-972-757-496-4
- PADOVEZE, L. C. (2007) – *Introdução a Administração Financeira: Textos e exercícios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. ISBN 85-221-0472-7.
- RICHARD, J.; LAUREANO L. E.; PIMENTAL, J.L. (2010) – *Os Rácios Essenciais - Como utilizar, interpretar e comentar*. Lisboa: Bertrand Editora, Lda. Tradução de Manuela Manta. ISBN 972-25-1306-0.
- RODRIGUES, F.(2007) - *Diagnóstico Económico-Financeira de Empresas*. Instituto Superior de Gestão Bancária. 8ª Edição. 2ª Triagem. E. Santos: Artes Gráficas, Lda.
- SOUSA. T; (2005) - *Análise Financeira e Mercados*. Lisboa: Áreas Editora, SA. ISBN 972-8472-89-7.
- SHCHMIDT, P. (2006) - *Avaliação de Empresas: Foco na Análise de desempenho para o usuário interno: Teoria e Prática*. São Paulo: Editora Atlas, SA. ISBN 85-224-4253-3.
- STEWART C.; BREALEY, R.; MYERS, A. (2010) – *Princípios de finanças Empresariais*.5ª Edição. Lisboa: Mc Graw-Hill.
- SOLNIK, B. (2012) - *Gestão Financeira Conceitos e Modelos Essenciais*. Portugal: Gráfica Europam, Lda. Publicações Europa América (1945-1995). ISBN 972-1-04040-1
-

Referências electrónicas

- BCA 2013 - Demonstrações Financeiras 2008, 2009, 2010,e 2011, disponível em www.bca.co.ao, Acessado em Janeiro de 2013.
- DA SILVA, M.S.(2010) - *Análise Económica e Financeira de Empresas*. Acessado em Março 2013. Disponível em <http://www.administradores.com.br/informe-se/producao-academica/analise-economica-financeiras-de-empresas/886>.
- DE OLIVEIRA, N.C (2009) – *Análise Económica e Financeira*. Acessado em Março 2013 Disponível em <http://nelsonco1.sites.uol.com.br/Análise Financeira.htm>.
- FERREIRA, R.J (2007) – *Análise das Demonstrações Financeiras: Conceitos e Aspectos Gerais*. Acesso em Fevereiro 2013. Disponível em http://www.vemconcursos.com/arquivos/aulas/Ricardo_ferreira_contab_cap1.pdf.
- GOMES, J.H.F; DA SILVA, S.F .(2010) - *Análise Financeira e Económica*. Itajubá: Acessado em Janeiro 2013. Disponível em http://www.iepg.unifei.edu.br/edson/CGprograma_arquivos/Marisol.Pdf .
- LUNELLI, R. (2008) – *A importância da Análise Financeira de Balanços*. Acessado em Março 2013.Disponível em http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/analise_financeirabalancos.htm.
- RASOTO, A (2004) – *Análise Económica e Financeira: O caso da Aduos Trevo, S.A.* Acesso em Março 2013.Revista FAE BUSINESS. Número 8. Disponível em http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/rev_da_fae/fae_v8_n1/rev_faev8_n1_15_prof_rasoto.pdf.

Legislação

Plano Geral de Contabilidade; (Decreto nº 82/2001 de 16 de Novembro).

ANEXOS

- História do Banco Comercial Angolano S.A.

O BCA iniciou a sua actividade com apenas uma agência, tendo posteriormente aberto um posto de atendimento junto de uma grande superfície comercial, o supermercado "JUMBO", onde efectua até a presente data operações de compra de moeda estrangeira e recepção pontual de fundos. Em Agosto de 2004 foram abertos mais três balcões e em Março de 2006 mais um Balcão foi aberto. “ BCA 2013”

No âmbito da sua estratégia empresarial, o Banco assinou em 2005, o acordo de parceria com o ABSA BANK, no âmbito do qual o ABSA BANK passou a deter 50% do capital social do BCA. mediante do capital social para 15 milhões de dólares . Neste mesmo ano, foi distinguido em Dezembro, com o prémio "Euromarket Award 2005" ? atribuído em Bruxelas, na Bélgica.

Em meados de 2009, consumou-se o término do acordo de parceria com o ABSA BANK e o BCA voltou a sua configuração inicial, ou seja um banco angolano detido por accionistas nacionais, preservando contudo, as melhores práticas internacionais introduzidas no BCA por aquele parceiro estratégico, designadamente no domínio da luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento ao terrorismo.

Missão, Visão, Valores e Órgãos sociais

Missão

Criação de valor para os accionistas, total empenhamento na valorização contínua dos colaboradores com a finalidade de prestação de um serviço de excelência aos clientes. Relacionamento salutar com todos aqueles que nos ajudam a crescer, consolidar o prestígio e a nossa reputação e contribuir para o esforço nacional de crescimento e modernização económica.

Visão

Ser um Banco Universal de referência em Angola reconhecido por empresas e particulares como moderno, eficiente, dinâmico e inovador.

Valores:

Os principais valores que o BCA adotou para ser uma instituição forte e sólida são:

- Atenção ao cliente: Agimos em função das necessidades dos nossos clientes;
- Confiança: Propomos soluções eficazes e construímos relações comerciais duradouras;
- Competência: Trabalhamos com rigor, profissionalismo e eficiência;
- Integridade: Somos motivados pela ética e pela cultura da responsabilidade;
- Inovação: Temos sempre os olhos postos no futuro.

Órgãos Sociais

- Assembleia Geral

Presidente: Afonso Domingos Pedro Van-Dúnem "Mbinda"

Vice-Presidente: Mario António de Sequeira e Carvalho

Secretário: José Francisco Luís António

Conselho de Administração

Presidente: Francisco da Silva Cristovão

Presidente da Comissão Executiva: Mateus Filipe Martins

Administradores:

Executivos: Mathias Tohana Nleya e José Carlos Correia de Almeida Marques

Não Executivo: António Daniel Pereira dos Santos.

Balanco Funcional

Banco Comercial Angolano

Exercício Económico em milhares de kwanzas

Rubricas	2008	2009	2010	2011
Capital Proprio	2172579	2703301	3341116	4148893
Capital Alheio Estavel	7191583	2715052	5082449	5838692
Capital Permanente (1+2)	9364162	5418353	8423565	9987585
Activo Fixo	1033263	1086965	1448849	2112400
Fundo de Maneio (3-4)	8330899	4331388	6974716	7875185
Clientes	4862070	4590339	4512456	3850141
Existencias	0	0	0	0
Adiantamentos a fornecedores	0	0	139891	1491
Estado e outros entes públicos	0	0	0	0
Outros devedores de exploração	662785	388126	534093	488442
Necessidades ciclicas (6+7+8+9+10)	5524855	4978465	5186440	4340074
Fornecedores	126358	80098	114281	129100
Adiantamentos de clientes	0	0	0	0
Estado e outros entes públicos	0	0	0	0
Outros credores de exploração	10875	152799	388821	375822
Recursos ciclicos (12+13+14+15)	137233	232897	503102	504922
Necessidades em fundo de Maneio (11-16)	5387622	4745568	4683338	3835152
Tesouraria Liquida (5-17)	2943277	-414180	2291378	4040033

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das Demonstrações financeiras do BCA em anexo

Tesouraria Activa	2008	2009	2010	2011
Caixa e disponibilidade no Banco Central	3334588	5029197	7127119	11349028
Disponibilidade sobre instituições de crédito	2711662	1518310	2425860	7898626
Outros créditos sobre I.C	20691	2770078	0	0
Obrigações e outros títulos/ Títulos e V. Mobiliario	8379845	6277612	7117527	10615620
Participações	49737	49737	59726	74262
Contas de regularização/ Credito no S. Pagamento	215120	290115	135352	122814
Total de Tesouraria Activa	14711643	15935049	16865584	30060350
Tesouraria Passiva	2008	2009	2010	2011
Recursos de I.C a Vista/ Outras captações a Vt	1500000	7022	59355	1164035
Depósitos a Vista	8386852	13214667	14167250	23732587
Recursos de outras entidades/ Obrig. Sist. Pagamento	1191214	2412893	169118	238693
Contas de regularização/ Operções cambiais	625536	714647	131235	834384
Provisões diversas	64764	0	47248	50618
Total de Tesouraria Passiva	11768366	16349229	14574206	26020317
Tesouraria Liquida (26-33)	2943277	-414180	2291378	4040033

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das Demonstrações financeiras do BCA em anexo

Demonstração de Resultados Funcionais

Banco Comercial Angolano	Exercício Económico em milhares de kwanzas			
	2008	2009	2010	2011
Rubricas				
Juros e proveitos equiparados	1.652.947,00	1.140.166,00	1.348.982,00	1.634.854,00
Outros proveitos operacionais	221.741,00	415.833,00	635.468,00	696.282,00
Custos Variáveis	705.678,00	621.750,00	853.516,00	926.327,00
Margem de Contribuição	1.169.010,00	934.249,00	1.130.934,00	1.404.809,00
Custo Fixo	797.133,00	828.976,00	877.215,00	990.077,00
Resultado Operacional	371.877,00	105.273,00	253.719,00	414.732,00
Resultados não operacional	0,00	0,00	134,00	23.235,00
Proveitos Financeiros	318.399,00	950.233,00	893.203,00	1.003.525,00
Custos Financeiros	686.896,00	386.407,00	323.709,00	321.905,00
Resultados Correntes	3.380,00	669.099,00	823.347,00	1.073.117,00
Proveitos Extraordinários	0,00	0,00	9.382,00	0,00
Custos Extraordinários	0,00	0,00	0,00	21.980,00
Resultados Antes de Impostos	3.380,00	669.099,00	832.729,00	1.051.137,00
Imposto Sobre Lucros	0,00	138.377,00	143.410,00	147.853,00
Resultado Líquido	3.380,00	530.722,00	689.319,00	903.284,00

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das Demonstrações financeiras do BCA em anexo

Meios Libertos Líquidos = Provisões + Amort + R. Líquidos

	2008	2009	2010	2011
Meios Libertos Líquidos =	179.786,00	667.939,00	809.470,00	1.046.701,00

Rácios	Sub-rácios	Fórmula de Cálculo	Conceitos e Parâmetros			
--------	------------	--------------------	------------------------	--	--	--

Ebitda = P. Operacionais – Custos Variados – C. Pessoal – Out. C. Operacionais

	2008	2009	2010	2011
Ebitda =	1.015.132,00	1.250.809,00	1.373.400,00	1.388.992,00

– Indicadores económicos e financeiros (Rácios)

Rácios de situação ou de estrutura 8	Rácios de liquidez	Liquidez Geral (LG)	$\frac{\text{Activo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$	O Rácio de Liquidez geral indica a aptidão da empresa fazer face a suas dívidas de curto prazo. Quando $LG < 1$, o fundo de maneio é negativo, logo a regra do equilíbrio financeiro mínimo não é satisfeita, o que pode significar que a empresa enfrenta dificuldades de tesouraria. Se $LG > 1$, o fundo de maneio é positivo, a realização do activo corrente permite fazer face ao reembolso das dívidas no curto prazo. $LG=1$, o fundo de maneio é nulo, e portanto insuficiente para assegurar uma boa solvabilidade no curto prazo, visto que a empresa não dispõe de uma margem de segurança. Valores elevados, indicam excessos de meios financeiros. Estes rácios pressupõem a não continuidade da empresa.
		Liquidez Reduzida (LR)	$\frac{\text{Activo corrente} - \text{Inventários}}{\text{Passivo Corrente}}$	
		Liquidez Imediata (LI)	$\frac{\text{Meios Financeiros}}{\text{Passivo Circulante}}$	
	Rácios de solvabilidade ou autonomia	Cobertura do imobilizado por capitais permanentes	$\frac{\text{Capital Permanente}}{\text{Imobilizado t/ líquido}}$	É complementar do rácio de liquidez geral. Em princípio, deve apresentar valores superiores a unidade. Se inferior a 1, quer dizer que, parte do imobilizado está a ser financiada pelo passivo corrente. Esta situação, pode ser considerada normal, desde que os recursos financeiros gerados pelo ciclo de exploração sejam superiores as necessidades financeiras cíclicas.
		Cobertura do imobilizado por capitais próprios	$\frac{\text{Capital próprio}}{\text{Imobilizado t/ líquido}}$	Não há valores ideais para o comportamento deste rácio. Depende do tipo de actividade, risco subjacente, dimensão da empresa e possibilidades de utilizar o activo não corrente, para fins que fazem parte da actividade da empresa.

ⁱ Fonte: Medina, (2010, p. 93).

ⁱⁱ 8 Os rácios de estrutura se obtêm através do quadro dos balanços comparados, estabelecendo relações entre as diversas rubricas do activo com o total das aplicações, e rubricas do passivo e capital próprio com o total das origens. É particularmente importante, o cálculo do peso das rubricas do activo corrente e não corrente sobre o total das aplicações, e também o peso que os capitais alheios e os capitais próprios têm sobre o total das origens.

Indicadores económicos e financeiros (Rácios) – Continuação

Rácios	Sub-rácios	Fórmula de Cálculo	Conceitos e Parâmetros
Rácios de situação ou	Autonomia Financeira	$\frac{\text{Capitais Próprios}}{\text{Total das Aplicações}}$	Serve para avaliar a evolução do risco financeiro e global da empresa. Um valor baixo, indica grande dependência em relação a terceiros.
	Solvabilidade (S)	$\frac{\text{Capitais Próprios}}{\text{Passivo Total}}$	Refere a capacidade da empresa em fazer face a compromissos de longo prazo. Se $S > 1$, o valor do património da empresa é suficiente para cumprir com as suas obrigações. Se $S < 1$, a empresa não terá capacidades para responder a suas obrigações, com os meios próprios de que dispõe.
	Capacidade de Endividamento a médio e longo prazo	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Passivo não corrente}}$	Complementa o rácio de solvabilidade. Indica a importância do capital próprio, em relação ao passivo não corrente. Geralmente, não deve apresentar valores inferiores a 2 (dois).

de estrutura	Rácios de Solvabilidade ou de Autonomia	Rácio de endividamento	$\frac{\text{Passivo}}{\text{Capital Próprio}}$	Indica a importância dos capitais alheios no financiamento da empresa. Também se designa por “ <i>Debt to equity ratio</i> ”, dado pelo quociente entre os capitais alheios e os capitais próprios
		Cobertura do serviço da dívida	$\frac{\text{RO} + \text{Amortizações} + \text{Provisões} + \text{Ajustamentos}}{\text{Juros} + \text{Amortizações financeiros dos empréstimos}}$	Indica a capacidade da empresa cobrir as obrigações financeiras, derivados dos financiamentos contraídos. Exclui-se dos ajustamentos, aqueles que são de natureza financeira. Os juros dizem respeito aos custos financeiros decorrentes dos empréstimos contraídos. O RO refere ao resultado Operacional.
		Prazo de Recuperação da Dívida	$\frac{\text{Empréstimos Obtidos}}{\text{Auto - financiamento}}$	Indica o número de anos necessários para reembolsar completamente os capitais alheios, com o nível de resultados. Autofinanciamento= Resultado Operacional +Amortização +Provisão

Fonte: Fonte: Medina, (2010, p. 94).

Indicadores económicos e financeiros (Rácios) Continuação

Rácios	Sub-rácios	Fórmula de Cálculo	Conceitos e Parâmetros
--------	------------	--------------------	------------------------

Rácios de Gestão ou de actividade	Prazo Médio de Recebimento ⁹ (PMR)	$\frac{\text{Créditos Concedidos} * 12}{\text{meses}} \\ \text{Vendas + Prestação de serviços (com IVA)}$	Indica o tempo médio que a empresa leva, para receber os créditos dos clientes. Permite ainda analisar, se os objectivos previamente fixados, em relação a política de créditos concedidos, foram ou não atingidos. Não há um valor ideal para este rácio. Pode depender das práticas comerciais de empresas concorrentes. Contudo, do ponto de vista financeiro, o PMR deverá ser o mais curto possível.
	Prazo Médio de Pagamento(PMP)	$\frac{\text{Fornecedores} * 12 \text{ meses}}{\text{Compras + F.ST}}$	Conhecendo seu valor, será possível negociar com os fornecedores eventuais aumentos de PMR, ou então optar pelo pronto pagamento e beneficiar dos descontos. Relacionando o PMR com o PMP, poderemos determinar as necessidades de financiamento e a forma de resolver desequilíbrios existentes, principalmente à nível de liquidez, ou seja, determinar que políticas financeiras adoptar, no curto prazo.

Fonte: Medina, (2010, p. 95).

⁹Deve constar todos os créditos ainda não vencidos. Exclui-se os adiantamentos de clientes. No caso de empresas que apresentam actividades de carácter sazonal, tanto as vendas como os créditos concedidos sofrem oscilações Deve-se determinar o período de sazonalidade, e só depois proceder ao cálculo desse rácio. Esse procedimento deve ser seguido, de forma idêntica, no cálculo do prazo médio de pagamento, quando as compras têm carácter sazonal. Também podemos expressar seu valor em dias multiplicando o rácio por 365 dias.

Indicadores económicos e financeiros (Rácios) Continuação

Rácios	Sub-rácios	Fórmula de Cálculo	Conceitos e Parâmetros
Rácios Rendibilidade ou eficiência	Rotação das imobilizações	$\frac{\text{Volume de Negócios}}{\text{Imobilizado Total Líquido}}$	Seu valor depende da actividade da empresa. Indica a importância e o grau de utilização do imobilizado na actividade de uma empresa. Um valor baixo indica forte intensidade de capital.
	Rendibilidade dos Capitais Próprios (%) (RCP)	$\frac{\text{Resultado Líquido} * 100}{\text{Capitais Próprios}}$	Mede a eficiência da utilização dos capitais que a empresa dispõe. Um valor elevado poderá motivar potenciais investidores a investir e pode garantir o auto financiamento no futuro. Porém, pode muitas vezes indicar uma má gestão, uma vez que o valor elevado, pode ser devido a redução do capital próprio.
	Rendibilidade do Activo Económico (%) (RAE)	$\frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Activo Económico}}$	Mede a rendibilidade do investimento líquido, evidenciando a capacidade de gerar resultados face ao valor do investimento líquido afeto ao negócio. Se RCP=RAE, então a empresa não está endividada. O activo económico é financiada, exclusivamente, por capitais próprios, logo não há encargos financeiros. Há autores que utilizam no denominador o capital permanente.
	Rendibilidade bruta do negócio (%)	$\frac{\text{Margem Bruta}}{\text{Volume de negócio}}$	Indica a rendibilidade do negócio face aos custos variáveis. Seu valor depende da estrutura de custos e da margem de comercialização adoptada pela empresa.

	Efeito dos Custos Fixos	<u>Resultado Operacional</u> Margem bruta	Indica o peso dos custos fixos na estrutura de custos de uma empresa, ou a margem bruta absorvida pelos custos fixos. Se seu valor aproximar da unidade, o risco económico é reduzido uma vez que o peso dos custos fixos é reduzido. Um valor negativo quer dizer que a margem bruta é suficiente para cobrir os custos fixos.
	Rendibilidade Operacional das vendas (%)	<u>Resultado Operacional</u> Vendas	Analisa a relação entre os resultados e as vendas (volume de negócios).

Fonte: Medina, (2010, p. 96).

Indicadores económicos e financeiros (Rácios) Continuação

Rácios	Sub-rácios	Fórmula de Cálculo	Conceitos e Parâmetros
Rácios Rendibilidade ou eficiência	Rotação do Activo	$\frac{\text{Volume de Negócios}}{\text{Activo Total}}$	Indica a relação entre o volume de negócios e o activo total, evidenciando a rotação do investimento, durante o período em análise, ou o grau de intensidade de utilização dos recursos.
	Efeito dos Resultado Financeiro ou dos encargos financeiros	$\frac{\text{Resultado Corrente}}{\text{Resultado Operacional}}$	É um indicador cuja análise depende do valor do Resultado Operacional. Se o Resultado operacional for positivo, então, um valor negativo indica que os resultados operacionais, não são suficientes para cobrir os encargos financeiros. Um valor próximo da unidade indica um fraco impacto dos resultados financeiros. Se seu valor próximo de zero evidencia que o resultado operacional é absorvido em grande parte pelos encargos financeiros.
	Estrutura Financeira	$\frac{\text{Activo Total}}{\text{Capitais Próprios}}$	Indica a estrutura de financiamento adoptada. Um valor superior a um indica financiamento por capitais alheios. Quanto maior for o financiamento por capitais alheios, maior será o valor deste indicador.
	Efeito de Alavanca Financeira	Efeito do Resultado Financeiro * Estrutura Financeira	Evidencia o impacto do endividamento na rendibilidade dos capitais próprios, ou seja, indica se o endividamento é ou não favorável a rendibilidade. Um valor superior a unidade indica que o endividamento é favorável.

	Efeito Fiscal	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Resultado antes dos impostos (RAI)}}$	Trata-se de um indicador que, também, deve ser analisado em função do resultado positivo ou negativo do RAI. Mede o peso da tributação sobre o resultado. Um valor próximo da unidade, indica fraca expressão do peso da tributação sobre o rendimento. Caso contrário, se negativo, o RAI é insuficiente para cobrir o montante dos impostos .
--	---------------	--	---

Fonte: Medina, (2010, p. 97).

Indicadores económicos e financeiros (Rácios) Continuação

Rácios	Sub-rácios	Fórmula de Cálculo	Conceitos e Parâmetros
Indicadores do Risco Económico	Ponto Crítico	$\frac{\text{Custos Fixos}}{1-(C. V / \text{Volume de Negócios})}$	Evidencia o nível de actividade necessária para cobrir os custos operacionais, ou o volume de negócios necessário, para que os resultados operacionais sejam nulos. Trata-se de um indicador que perdeu sua relevância, como instrumento de análise financeira, porque assume que há estabilidade, quer a nível da estrutura de custos como a nível das margens brutas.
	Margem de Segurança	$\frac{\text{VN} - \text{Ponto Crítico}}{\text{Volume de Negócios (VN)}}$	Indica a margem, em termos percentuais, que separa o volume de negócios do ponto crítico. Refere a percentagem que as vendas terão que cair, para que a empresa entra no seu ponto crítico. Quanto maior o seu valor, menor o risco.
	Grau de Alavanca Operacional (GAO)	$\frac{\text{Margem Contribuição}}{\text{Resultado Operacional}}$	É o inverso do rácio Efeito dos custos fixos. Evidencia o peso dos custos fixos na estrutura dos custos operacionais. Mede o número de vezes que um aumento no volume de negócios, fará aumentar os resultados operacionais da empresa. Quanto maior o seu valor, maior o risco, porque os custos fixos estarão a absorver grande parte da margem bruta. Uma variação nas vendas terá um impacto, mais do que proporcional, nos resultados operacionais.

Indicadores do Risco Financeiro	Grau de Alavanca Financeiro (GAF)	$\frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Resultado Corrente}}$	É o inverso do rácio do Efeito dos Encargos Financeiros. Permite avaliar a capacidade da empresa cumprir com os encargos financeiros. Quanto maior o seu valor, maior o risco financeiro, porque o Resultado operacional é em grande parte absorvido pelos custos financeiros.
Indicadores do Risco Combinado	Grau de Alavanca Combinado	$\frac{\text{Grau de Alavanca Operacional} *}{\text{Grau de Alavanca Financeiro}}$	Mede a sensibilidade do resultado corrente face as variações do volume de negócios. É um indicador do risco global. Indica o peso dos custos fixos operacionais e dos custos financeiros sobre os resultados correntes. Indica a capacidade da empresa em usar custos fixos, tanto operacionais como financeiros, para aumentar o efeito da variação das vendas no lucro.

Fonte: Medina, (2010, p. 99).

Nota: Existem muitos rácios que podem ser calculados mas só interessa calcular aqueles que tenham interesse para a análise pretendida, só assim é que terão sentidos e serão úteis. Desta feita para análise Económica e Financeira pretendida, procurou-se calcular os rácios que tenham interesses na análise pretendida.

– Indicadores económicos e financeiros (Rácios) (Em milhões de kwanzas)

Rácios	Sub-rácios		Fórmula de Cálculo	2008	2009	2010	2011
	Rácios de solvabilidade ou autonomia	Cobertura do imobilizado por capitais permanentes	$\frac{\text{Capital Permanente}}{\text{Imobilizado t/ líquido}}$	$\frac{9.364.162}{1.033.263}$ = 9,062	$\frac{5.418.353}{1.086.965}$ = 4,98	$\frac{8.423.565}{1.448.849}$ = 5,82	$\frac{9.987.585}{2.112.400}$ = 4,73
		Cobertura do imobilizado por capitais próprios	$\frac{\text{Capital próprio}}{\text{Imobilizado t/ líquido}}$	$\frac{2.172.579}{1.033.263}$ = 2,1	$\frac{2.703.301}{1.086.965}$ = 2,49	$\frac{3.341.116}{1.448.849}$ = 2,3	$\frac{4.148.893}{2.112.400}$ = 1,96
		Autonomia Financeira	$\frac{\text{Capitais Próprios}}{\text{Total das Aplicações}}$	$\frac{2.172.579}{20.691}$ = 105,001	$\frac{2.703.301}{2.770.078}$ = 0,976	$\frac{3.341.116}{2.425.860}$ = 1,38	$\frac{4.148.893}{7.898.626}$ = 0,53

Rácios de situação ou de estrutura	Rácios de Solvabilidade ou de Autonomia	Solvabilidade (S)	$\frac{\text{Capitais Próprios}}{\text{Passivo Total}}$	$\frac{2.172.579}{19.097.182}$	$\frac{2.703.301}{19.297.178}$	$\frac{3.341.116}{20.159.757}$	$\frac{4.148.893}{32.363.931}$
				= 0,1137	= 0,14	= 0,1657	= 0,128
		Rácio de endividamento	$\frac{\text{Passivo}}{\text{Capital Próprio}}$	$\frac{19.097.182}{2.172.579}$	$\frac{19.297.178}{2.703.301}$	$\frac{20.159.757}{3.341.116}$	$\frac{32.363.931}{4.148.893}$
				= 8,79	= 7,14	= 6,03	= 7,8
	Prazo Médio de Recebimento 9 (PMR)	$\frac{\text{Créditos Concedidos} * 12}{\text{meses}}$ Juros e Proveitos equiparado	$\frac{4.862.070 * 12}{1.652.947}$	$\frac{4.590.339 * 12}{1.140.166}$	$\frac{4.512.456 * 12}{1.348.982}$	$\frac{3.850.141 * 12}{1.634.854}$	
			= 35,3	= 47,49	= 40,14	= 28,26	

Rácios de Gestão ou de actividade	Prazo Médio de Pagamento(PMP)	<u>Fornecedores * 12 meses</u> Compras + F.ST	$\frac{1.516.296}{641.377}$ = 2,36	$\frac{961.176}{544.815}$ = 1,76	$\frac{1.371.372}{685.159}$ = 2,002	$\frac{1.549.200}{797.355}$ = 1,94
-----------------------------------	-------------------------------	--	---------------------------------------	-------------------------------------	--	---------------------------------------

¹ Fonte: Elaborado pelo autor a partir das demonstrações financeiras do BCA .

Indicadores económicos e financeiros (Rácios) Continuação (Em milhões de kwanzas)

Rácios	Sub-rácios	Fórmula de Cálculo	2008	2009	2010	2011
Rácios Rendibilidade ou eficiência	Rendibilidade dos Capitais Próprios (%) (RCP)	$\frac{\text{Resultado Líquido} * 100}{\text{Capitais Próprios}}$	$\frac{3.380 * 100}{2.172.579}$ = 0,16	$\frac{530.722 * 100}{2.703.301}$ = 19,6	$\frac{689.319 * 100}{3.341.116}$ = 20,63	$\frac{903.284 * 100}{4.148.893}$ = 21,77
	Efeito dos Custos Fixos	$\frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Margem Contribuição}}$	$\frac{371.877}{1.169.010}$ = 0,318	$\frac{105.273}{934.249}$ = 0,11	$\frac{253.719}{1.130.934}$ = 0,22	$\frac{414.732}{1.404.809}$ = 0,295
	Efeito dos Resultado Financeiro ou dos encargos financeiros	$\frac{\text{Resultado Corrente}}{\text{Resultado Operacional}}$	$\frac{3.3800}{371.877}$ = 0,09	$\frac{669.099}{150.273}$ = 4,56	$\frac{823.347}{253.719}$ = 3,24	$\frac{1.073.117}{414.732}$ = 2,59

Rácios Rendibilidade ou eficiência	Estrutura Financeira	$\frac{\text{Activo Total}}{\text{Capitais Próprios}}$	$\frac{21.269.761}{2.172.579}$ = 9,79	$\frac{22.000.479}{2.703.301}$ = 8,14	$\frac{23.500.873}{3.341.116}$ = 7,03	$\frac{36.512.824}{4.148.893}$ = 8,8
	Efeito de Alavanca Financeira	Efeito do Resultado Financeiro * Estrutura Financeira	0,09*9,79 = 0,88	4,56 * 8,14 = 36,24	3,24 * 7,03 = 22,78	2,59 * 8,8 = 22,79
	Efeito Fiscal	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Resultado antes dos impostos (RAI)}}$	$\frac{3.380}{3.380}$ = 1	$\frac{530.722}{669.099}$ = 0,79	$\frac{689.319}{832.729}$ = 0,83	$\frac{903.284}{1.051.137}$ = 0,85

¹ Fonte: Elaborado pelo autor a partir das demonstrações financeiras do BCA .

Indicadores económicos e financeiros (Rácios) Continuação

Rácios	Sub-rácios	Fórmula de Cálculo	2008	2009	2010	2011
--------	------------	--------------------	------	------	------	------

Indicadores do Risco Económico	Ponto Crítico	$\frac{\text{Custos Fixos}}{\text{C. Variado}}$	$\frac{797.133}{705.678}$ = 1,13	$\frac{828.976}{621.750}$ = 1,33	$\frac{877.215}{853.516}$ = 1,08	$\frac{990.077}{926.327}$ = 1,06
	Grau de Alavanca Operacional (GAO)	$\frac{\text{Margem contribuição}}{\text{Resultado Operacional}}$	$\frac{1.169.010}{371.877}$ = 3,14	$\frac{934.249}{105.273}$ = 8,87	$\frac{1.103.934}{253.719}$ = 4,35	$\frac{1.401.809}{414.732}$ = 3,39
Indicadores do Risco Financeiro	Grau de Alavanca Financeiro (GAF)	$\frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Resultado Corrente}}$	$\frac{371.877}{30.380}$ = 12,24	$\frac{105.273}{669.099}$ = 0,15	$\frac{253.719}{823.213}$ = 0,31	$\frac{414.732}{1.074.372}$ = 0,39
Indicadores do Risco Combinado	Grau de Alavanca Combinado	Grau de Alavanca Operacional * Grau de Alavanca Financeiro	3,14*12,24 = 38,48	8,87 * 0,15 = 1,33	4,35 * 0,31 = 1,35	3,39 * 0,39 = 1,32

¹ Fonte: Elaborado pelo autor a partir das demonstrações financeiras do BCA.